



Demonstrações do resultado em 31/12/2025 e dezembro de 2024					
(Valores expressos em milhares de Reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	Reapresentado 2024	2025	Reapresentado 2024
Receita operacional líquida	20	1.321.832	2.403.656	1.325.756	2.414.394
Custo da energia comercializada	21	(1.376.209)	(2.398.186)	(1.381.440)	(2.405.989)
Resultado do valor justo de contratos de energia	23	(7.532)	(9.061)	(7.532)	(9.061)
Prejuízo bruto		(61.909)	(3.591)	(63.216)	(651)
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas administrativas	21	(30.907)	(22.707)	(35.182)	(29.641)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(26.122)	(4.009)	–	–
Outras (despesas)/receitas	21	23.791	13.558	21.892	14.890
Prej. antes do resultado financeiro		(95.147)	(16.749)	(76.506)	(15.402)
Receitas financeiras		4.384	2.367	4.578	2.475
Despesas financeiras		(2.368)	(1.418)	(15.123)	(3.856)
Resultado financeiro	22	2.016	949	(10.545)	(1.381)
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL		(93.131)	(15.800)	(87.051)	(16.783)
IRPJ e CSLL					
Corrente	17.a	–	(355)	(439)	(1.032)
Diferido	17.b	48.792	7.988	48.966	8.022
		48.792	7.633	48.527	6.990
Resultado líquido das operações em continuidade		(44.339)	(8.167)	(38.524)	(9.793)
Prejuízo líquido do exercício		(44.339)	(8.167)	(38.524)	(9.793)
Atribuível a:					
Atribuído aos controladores operações em continuidade				(33.844)	(8.167)
Atribuído aos não controladores operações em continuidade				(4.680)	(1.626)
				(38.524)	(9.793)
Quantidade por ações (mil)				4.511	4.511
Prejuízo/(prejuízo) por ações – R\$				(9,83)	(1,81)

Demonstrações do resultado abrangente em 31/12/2025 e dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2025	Reapre- sentado 2024	2025	Reapre- sentado 2024
Total do resultado abrangente do exercício	(44.339)	(8.167)	(38.524)	(9.793)
Resultado abrangente das operações em continuidade	(44.339)	(8.167)	(38.524)	(9.793)
Resultado abrangente do exercício Atribuível a:	(44.339)	(8.167)	(38.524)	(9.793)
Atribuído aos controladores operações em continuidade			(33.844)	(8.167)
Atribuído aos não controladores operações em continuidade			(4.680)	(1.626)
			(38.524)	(9.793)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				
Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31/12/2025 e dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2025	Reapre- sen- tação 2024	2025	Reapre- sen- tação 2024

Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(44.339)	(8.167)	(38.524)	(7.933)
Ajustes que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	165	(284)	356	(270)
Resultado do valor justo de contratos de energia	7.532	9.061	7.532	9.061
Tributos diferidos	(49.728)	(6.743)	(45.929)	(6.777)
Outros resultados com investimentos/imobilizado	510	(13.570)	510	(13.570)
Equivalência patrimonial	26.122	4.009	-	-
Provisão de juros com empréstimos	17.506	-	36.331	-
	(42.232)	(15.695)	(39.724)	(21.349)
(Decréscimo)/acréscimo nas contas de ativo				
Contas a receber	37.098	9.233	45.453	6.560
Impostos a recuperar	(4.865)	(1.683)	(4.905)	(1.821)
Estoques	-	-	(576)	-
Outros ativos	14.253	(14.261)	13.800	(16.257)
Acréscimo/(decréscimo) nas contas de passivo				
Fornecedores	(37.464)	(12.129)	(28.985)	(12.760)
Obrigações tributárias	7.037	594	9.067	(919)
Salários e provisões a pagar	25	(1.353)	87	(1.317)
Outros passivos	(3.317)	(4.979)	(2.115)	1.874
Passivos Contratuais	-	-	5.510	-
Juros pagos	(20.688)	-	(24.876)	-
	(50.153)	(40.273)	(27.264)	(45.989)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	-	(1.363)	(100.408)	(28.101)
Aquisição de investimento	(14.040)	(11.041)	(14.060)	(25.769)
Baixa de investimento	-	18.944	911	18.944
Aporte de capital	-	(100)	-	160
Empréstimos com partes relacionadas	(9.506)	-	-	-
Dividendos recebidos	1.081	1.826	-	-
	(22.465)	8.266	(113.557)	(34.766)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos com partes relacionadas	1.818	(40.713)	(41.122)	(20.663)
Pagamento de empréstimos	(75.510)	92.933	(89.627)	114.061
Captação de empréstimos	131.087	-	256.297	-
Dividendos pagos	-	(12.000)	-	(12.000)
Ações em Tesouraria	(4.500)	(1.520)	(4.500)	(1.520)
Aumento/(redução de capital social)	-	-	-	-
	52.895	38.700	121.048	79.878
Acréscimo/(decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa				
	(19.723)	6.695	(19.773)	(877)
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	33.734	27.039	33.789	34.666
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	14.011	33.734	14.016	33.789
Acréscimo/(Decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa				
	(19.723)	6.695	(19.773)	(877)

<

continuação ◀

2.3.1 Operação descontinuada: Em 2025 a Companhia de forma estratégica manteve a opção pela venda dos parques fotovoltaicos pertencentes ao segmento de Geração Distribuída. Desta forma, os ativos relacionados abaixo foram destinados ao grupo “ativos para venda” (referência nota “9”). As sociedades UFV Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda.; UFV Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda., UFV TNT São Gonçalo do Amarante Ltda.; UFV TNT Jaguaruana I Ltda.; UFV TNT Jaguaruana II Ltda.; UFV TNT Jaguaruana III Ltda., que são controladas pela Trinity Energias Renováveis S.A. As sociedades UFV TNT Agrestina I Ltda.; UFV TNT Ipu Ltda.; UFV TNT Irecê I Ltda.; UFV TNT Irecê II Ltda.; UFV TNT Irecê III Ltda.; UFV TNT Morada Nova I Ltda.; UFV Morada Nova II Ltda.; UFV TNT Itaquitinga Ltda.; UFV TNT Petrolina I Ltda.; UFV TNT Petrolina II Ltda.; UFV TNT Senador Pompeu I Ltda.; UFV TNT Morro do Chapéu I Ltda.; UFV TNT Morro do Chapéu II Ltda.; UFV TNT Morro do Chapéu III Ltda.; UFV TNT Canindé I Ltda.; UFV TNT Canindé II Ltda.; UFV TNT Canindé III Ltda., que são controladas pela Trinity Participações e Administração de Bens Ltda. As sociedades UFV TNT Sertânia I Ltda.; UFV TNT Sertânia II Ltda.; UFV TNT Petrolândia I Ltda.; UFV TNT Santana do Seridó I Ltda.; UFV TNT Currais Novos I Ltda.; UFV TNT Currais Novos II Ltda., que são controladas pela Trinity Nordeste Participações e Administração de Bens Ltda. **4. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil) :** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 14/07/2026. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis). **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota nº 7** – Contas a receber; **• Nota nº 18** – Provisão para contingências; **• Nota nº 23** – Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros. **e) Gestão do capital:** A Sociedade busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias. **5. Principais políticas contábeis adotadas :** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados: **5.1. Instrumentos financeiros: Ativo financeiro:** **• Classificação ativo financeiro:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”); ou (iii) Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Sociedade pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, no VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descaimento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **• Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Sociedade estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **• Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado:** A Sociedade avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Sociedade para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **• Desconsideração de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Sociedade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Sociedade não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Sociedade tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido o retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Sociedade com esse ativo. **Passivos financeiros : • Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Sociedade, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **• Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **• Desconsideração de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **5.2. Caixas e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não supera o valor de mercado. **5.3. Contas a receber:** Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores livres, receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço e valores a receber da CCEE “Câmara de Comercialização de Energia Elétrica”, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros, dessa forma os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **5.4. Fornecedores de energia:** Incluem a compra de energia elétrica faturados para a Sociedade e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros. **5.5. Valor justo dos contratos de energia:** A Sociedade tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Sociedade tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos

TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente convertíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9 / CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Sociedade pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade, (iv) preço futuros dos submercados de energia (Sudeste e Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste) (v) tipo de fonte de energia (Convencional ou Incentivada), (vi) tendência hidrológica, entre outros. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Compensação de instrumentos financeiros** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte. **Demais passivos circulares e não circulares** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos. **5.6. Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, à exceção de projetos em andamento, acrescidos dos juros incorridos e despesas financeiras capitalizadas durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. De acordo com as especificações técnicas dos fabricantes, para os projetos solares a taxa de vida útil é de 25 anos. O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável. **5.7. Ativos mantidos para venda :** Conforme o CPC 31 (Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada), foram classificados os ativos que estão disponíveis para venda. Os Ativos foram mensurados pelo menor valor, sendo reconhecidos pelo seu valor contábil líquido. Estão sendo realizados estudos (impairment) que garantem a performance, e o valor pelo qual estão classificados. **5.8. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. **5.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **5.10. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. **5.11. Reconhecimento de receita e custo de energia:** A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comparada para comercialização vinculada à atividade operacional da Sociedade. A receita e compra de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). **5.12. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis: **(i) Participação de acionistas não-controladores:** A Sociedade elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data da aquisição. Mudanças na participação da Sociedade em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **Controladas:** A Sociedade controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis a partir da data em que a Sociedade obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **5.13. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31/12/2025 :**

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
IFRS 17 / CPC 56 – Contratos de Seguro. Em vigor a partir de 1º/01/2026.	Estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. Não se espera impacto significativo, pois a Sociedade não possui operações com contratos de seguro abrangidos por IFRS 17.
IFRS 16 (R2) / CPC 06 (R2) – Arrendamentos (Ajustes e esclarecimentos. Em vigor a partir de 1º/01/2026.	Clarifica tratamento de arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, incluindo simplificação de divulgação. Não se espera efeito relevante nas demonstrações contábeis da Sociedade, que já aplica IFRS 16 / CPC 06 (R2).
IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. Em vigor a partir de 1º/01/2027.	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtópicos de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, foi alterado o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A Trinity está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras consolidadas e suas notas explicativas.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. Em vigor a partir de 1º/01/2027.	O IFRS 19 permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos. A Trinity não é elegível para a aplicação do IFRS 19.
Reforma Tributária (LC nº 214/2025). Em vigor a partir de 1º/01/2026.	Introduz alterações significativas na legislação tributária brasileira, incluindo unificação de tributos sobre consumo e mudanças na tributação de empresas. A Administração está avaliando os impactos da reforma sobre a tributação da Sociedade. Até a data de 31/12/2025, não há efeito contabilizado nas demonstrações contábeis.

5.14. Impactos da reforma tributária: a) Reforma tributária do consumo (LC 214/2025) : A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20/12/2023,

promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI). Em 16/01/2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS). Principais Substitutos e Mudanças: **• CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços):** Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais; **• IBS (Imposto sobre Bens e Serviços):** Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033; **• Imposto Seletivo (IS):** Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e, **• Manutenção Restrita do IPI:** O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto. **b) Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025) :** A Lei Complementar nº 224/2025, de 26/12/2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdenciária Patronal. De modo sucinto, temos: **• Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;** **• Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;** **• Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets;** e **• Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).** A Companhia avaliou os efeitos potenciais dessas alterações sobre suas operações e demonstrações contábeis. Após análise detalhada, concluiu-se que não há impactos relevantes a serem reconhecidos ou divulgados nas presentes demonstrações contábeis, seja em termos de mensuração, apresentação ou divulgação adicional. A Companhia continuará acompanhando a regulamentação e eventuais desdobramentos futuros relacionados à reforma tributária, assegurando que quaisquer impactos relevantes sejam refletidos tempestivamente em suas demonstrações contábeis. **6. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixas e bancos	2	3.602	2	3.605
Aplicações financeiras	14.009	30.132	14.014	30.184
	14.011	33.734	14.016	33.789

Em 31/12/2025, as aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa com compromissos de recompra lastreadas em certificados de depósitos e outros títulos de emissão de entidades financeiras de primeira linha, o que não denota expectativas de risco de perdas com estes instrumentos financeiros, remuneradas pela taxa média de 100% de variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em aplicações em CDB e 90 % em aplicações em compromissada, de acordo com os contratos firmados pelas Sociedades e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas em prazo inferior a 90 dias, sem perda dos rendimentos; dessa forma consideradas de liquidez imediata ou convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **7. Contas a receber : Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Não faturados (1)	90.652	134.626	90.652	134.626
Faturados	7.157	281	79.198	88.171
	97.809	134.907	169.850	222.797
Ativo circulante	97.809	134.907	114.568	146.502
Ativo não circulante	–	–	55.282	76.295
	97.809	134.907	169.850	222.797

(1) O saldo de “Não faturados” é composto por provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de venda e o consumo de energia, ocorreu em cada data base e faturado e recebido no mês subsequente; (2) Os valores a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ou (CCEE), referem-se a excedente de energia que foram liquidados. Composição por vencimento dos valores a receber são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	208.540	222.354	–	–
Vencidos em até 90 dias	1.271	–	132	–
De 91 dias a 180 dias	2.279	–	–	–
De 181 a 360 dias	93	–	92	–
Acima de 360 dias	395	–	219	–
Juros a Apropriar (AVP)	(42.728)	–	–	–
	169.850	222.797	–	–

8. Outros ativos: Outros ativos são compostos por adiantamentos das operações e predominantemente de custos antecipados e valor a receber vinculados a operação dos ativos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento a Fornecedores	1.259	220	5.561	3.843
Despesas antecipadas	260	6.891	366	6.937
Outros Recebíveis	432	8.411	965	8.804
Outros créditos – clientes em recuperação judicial	728	728	728	728
(-) PECLD	(682)	–	(682)	–
	1.997	16.250	6.938	20.312

9. Partes relacionadas: a) No Ativo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
UFV TNT Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda.	7.738	9.017	–	–
UFV TNT Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda.	18.524	6.782	–	–
UFV TNT Jaguaruana I Ltda.	–	1.717	–	–
UFV TNT Jaguaruana II Ltda.	–	1.989	–	–
UFV TNT Jaguaruana III Ltda.	1.630	1.796	–	–
UFV TNT Senador Pompeu I Ltda.	11.644	2.573	–	–
UFV TNT São Gonçalo do Amarante Ltda.	7.533	5.630	–	–
UFV TNT Itaquitinga Ltda.	3.996	9.467	–	–
UFV TNT Morro do Chapéu I Ltda.	5.260	1.936	–	–
UFV TNT Petrolândia I Ltda.	–	13.977	–	–
UFV TNT Morro do Chapéu II Ltda.	4.123	1.947	–	–
UFV TNT Ipu I Ltda.	2.804	2.780	–	–
UFV TNT Morro do Chapéu III Ltda.	3.703	1.933	–	–
UFV TNT Irecê I Ltda.	619	99	–	–
UFV TNT Irecê II Ltda.	793	433	–	–
UFV TNT Irecê III Ltda.	762	449	–	–
UFV TNT Canindé I Ltda.	1.909	3.551	–	–
UFV TNT Canindé II Ltda.	1.279	3.545	–	–
UFV TNT Canindé III Ltda.	553	2.022	–	–
UFV TNT Agrestina Ltda.	2.580	–	–	–
UFV TNT Camurupim I	544	–	–	–
UFV TNT Camurupim II	519	–	–	–
UFV TNT Caico I	202	–	–	–
UFV TNT Petrolina I	3.398	–	–	–
UFV TNT Petrolina II	1.819	–	–	–
UFV TNT Trairi I Ltda.	4.335	–	–	–
Trinity Energias – Filial	1	–	–	–
Trinity Participações	5.692	17.535	–	–
Trinity Nordeste	29.835	13.791	–	–
Kompass Energia S.A.	261	5.072	–	–
Evolua Livre	150	–	150	–
	122.205	112.699	150	–

b) Contas do passivo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
UFV TNT Morada Nova I Ltda.	(8)	(8)	–	–
UFV TNT Morada Nova II Ltda.	(8)	(8)	–	–
UFV TNT Agrestina Ltda.	–	(592)	–	–
UFV TNT Petrolina I Ltda.	–	(37)	–	–
UFV TNT Petrolina II Ltda.	–	(300)	–	–
UFV TNT Trairi I Ltda.	–	(2.132)	–	–
UFV TNT Trairi II Ltda.	(7)	(7)	–	–
UFV TNT Cação I Ltda.	(101)	(2.324)	–	–
UFV TNT Cação II Ltda.	(153)	(2.260)	–	–
UFV TNT Camurupim I Ltda.	–	(847)	–	–
UFV TNT Camurupim II Ltda.	–	(941)	–	–
UFV TNT Currais Novos I Ltda.	(763)	(2.784)	–	–

continuação ▶

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/07/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação ◀						TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.					
	Controladora		Consolidado			Composição	Taxa de depreciação (%)	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024				Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Reapresentado Imobilizado líquido
UFV TNT Currais Novos II Ltda.	(875)	(2.938)	-	-	-						
UFV TNT Mossoro I Ltda.	(874)	(4.131)	-	-	-						
UFV TNT Mossoro II Ltda.	(828)	(2.489)	-	-	-	Aparelhos telefônicos – controladora	20	22	(11)	11	16
UFV TNT Mossoro III Ltda.	(868)	(2.840)	-	-	-	Instalações – controladora	10	33	(10)	23	26
UFV TNT Santana do Seridó Ltda.	(1.889)	(1.737)	-	-	-	Veículos – controladora	20	346	(141)	205	275
UFV TNT Sertania I Ltda.	(903)	(2.037)	-	-	-	Arrendamentos – controladora		524	(524)	-	524
UFV TNT Sertania II Ltda.	(948)	(2.220)	-	-	-	Projeto Solar – controladora		1.725	-	1.725	1.725
Trinity Gestão e Intel. em Ener. Ltda.	-	(55)	-	-	-			4.261	(1.053)	3.208	3.884
UFV TNT Caico I	(50)	-	-	-	-						
UFV TNT Picos I	(876)	-	-	-	-						
UFV TNT Picos II	(120)	-	-	-	-	Móveis e utensílios – controladora		68	-	(10)	57
UFV TNT Picos III	(51)	-	-	-	-	Máquinas e Equipamentos – controladora		6	-	(1)	5
UFV TNT Picos IV	(1.030)	-	-	-	-	Computadores e periféricos – controladora		173	-	(63)	109
UFV TNT Picos V	(782)	-	-	-	-	Benfeitorias – controladora		1.072	-	-	1.072
UFV TNT Picos VI	(75)	-	-	-	-	Aparelhos telefônicos – controladora		16	-	(4)	12
UFV TNT Petrolândia	(1.237)	-	-	-	-	Veículos – controladora		275	-	(69)	205
UFV TNT Jaguaruana I	(1.818)	-	-	-	-	Instalações – controladora		26	-	(3)	23
UFV TNT Jaguaruana II	(1.881)	-	-	-	-	Arrendamentos – controladora		524	(510)	(14)	-
UFV TNT Valença do Piauí I	(1.176)	-	-	-	-	Projeto Solar – controladora		1.725	-	-	1.725
UFV TNT Valença do Piauí II	(1.248)	-	-	-	-			3.884	-	(510)	(165)
UFV TNT Valença do Piauí III	(439)	-	-	-	-					(165)	3.208
Mutuo João – Trinity Participações	-	-	(87)	-	-						
Mutuo Thiago – Kompass	-	-	(495)	-	-						
Brasil GD I.F.E.P.E	(13.500)	-	(13.500)	-	-						
	(32.505)	(30.687)	(14.074)	-	-						
Os valores referentes a partes relacionadas, em seu maior montante, são referentes mútuos entre as partes indicadas e a Trinity Renováveis. Adicionalmente, a Companhia apresentava registrado na rubrica de Outros Passivos o montante de R\$ 13.500 mil na controladora, correspondente a recursos financeiros recebidos do Fundo de Investimentos Brasil GD, entidade classificada como parte relacionada da Companhia, em conformidade com o CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, sendo o referido saldo apresentado na linha 'Outros Passivos' do balanço patrimonial e demonstrado nesta nota para fins de evidênciação das partes relacionadas. Os recursos foram disponibilizados no contexto de tratativas negociais destinadas à estruturação de futura operação entre as partes, constituindo adiantamentos financeiros de natureza reembolsável enquanto não superadas as condições precedentes necessárias para a formalização definitiva da transação pretendida. Na data-base das demonstrações financeiras, embora os direitos e obrigações decorrentes da operação já estivessem definidos entre as partes e os respectivos recursos integralmente disponibilizados, a formalização contratual encontrava-se em fase final de elaboração, razão pela qual os valores permaneceram registrados como obrigação financeira da Companhia na rubrica de Outros Passivos. A formalização documental da operação será concluída ao longo do exercício de 2026, refletindo a substância econômica dos compromissos já assumidos pelas partes, sem produzir efeitos sobre o reconhecimento, a mensuração ou a classificação contábil dos valores registrados em 31/12/2025. Todas as movimentações financeiras foram realizadas por meio de operações bancárias regularmente identificadas, registradas tempestivamente na contabilidade da Companhia e suportadas pelos respectivos comprovantes financeiros, não havendo, com base nos registros e comprovantes disponíveis, operações não registradas ou efeitos patrimoniais decorrentes da ausência de formalização documental na data-base das demonstrações financeiras. Em observância ao CPC 05 (R1), a Companhia apresenta a Brasil GD como parte relacionada, bem como divulga a natureza da operação e os respectivos saldos existentes em 31/12/2025, entendendo que as presentes divulgações refletem adequadamente a essência econômica das transações realizadas entre as partes. 10. Investimentos: a) Composição:											
	Saldo em aberto:		31.12.2025	31.12.2024							
Trinity Participações e Administração de Bens Ltda.			(419)	(67)							
Trinity Gestão e Intel. em Ener. Ltda.			5	10							
Kompass Energia S.A.			760	12.937							
Kompass Energia S.A. – ajuste valor justo			5.401	5.400							
Kompass Energia S.A. – compra vantajosa			17.920	17.920							
Trinity Nordeste Participações e Administração de Bens Ltda			(420)	(42)							
Evolua Livre Comercialização de Energia S.A.			27	549							
UFV TNT Trairi II Ltda.			8	8							
Banco Sicoob			270	8							
			23.552	36.715							
b) Movimentação:											
	31.12.2024	Aporte	Método de equivalência patrimonial	Ajuste Exercício anterior	Dividendos recebidos	31.12.2025					
Trinity Participações e Administração de Bens Ltda.	(67)	-	(352)	-	-	(419)					
Trinity Gestão e Intel. em Ener. Ltda.	10	-	1.076	-	(1.081)	5					
Kompass Energia S.A.	36.257	13.745	(16.159)	(9.762)	-	24.081					
Trinity Nordeste Participações e Administração de Bens Ltda	(42)	-	(378)	-	-	(420)					
Evolua Livre Comercialização de Energia S.A.	549	25	(547)	-	-	27					
UFV TNT Trairi II Ltda.	8	-	-	-	-	8					
Banco Sicoob	-	270	-	-	-	270					
	36.715	14.400	(16.360)	(9.762)	(1.081)	23.552					
Ativo não circulante	36.824	-	-	-	-	24.390					
Passivo não circulante	(109)	-	-	-	-	(838)					
	36.715	-	-	-	-	23.552					
11. Imobilizado: a) Controladora:											
	2025		2024								
	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Reapresentado Imobilizado líquido						
Móveis e utensílios – controladora	10	106	(49)	57	68						
Máquinas e Equipamentos – controladora	10	7	(2)	5	6						
Computadores e periféricos – controladora	20	425	(316)	109	173						
Benfeitorias – controladora	4	1.072	-	1.072	1.072						
14. Empréstimos: a) Movimentação Consolidada:											
	Empresa	Custo Dívida	Vencimento	Saldo 2024	Captação	Encargos, at. monetária, cambial e juros	Encargos e custos empréstimos à amortizar	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Saldo 2025	
Banco Paulista	TR	100% DI + 0,6434% a.m.	11/03/2026	7.054		846	-	(5.600)	(915)	1.385	
BNB – Trinity Renováveis	TR	CDI + 0,25% a.m.	10/12/2025	15.121		1.165	-	(13.767)	(2.519)	-	
BNB – Trinity Renováveis II	TR	CDI + 0,37% a.m.	06/06/2029		35.000	3.137	-	(4.375)	(2.770)	30.992	
Bradesco (4131)	TR	CDI 100% + 4,65% a.a	15/12/2025	1.132		32	-	(1.100)	(64)	-	
BV – Swap	TR	CDI + 3,8% a.a.	28/04/2025	3.367		241	-	(3.425)	(183)	-	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TR	100% DI + 0,13% a.m.	19/12/2028	15.000		2.223	-	(1.429)	(1.777)	14.017	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL – KOMPASS	KP			847		63	-	(847)	(63)	-	
CCB Itaú – Renováveis	TR			34	8		-	(32)	(1)	9	
CDC BRADESCO	TR	5,72390% a.a.	14/12/2026	160	1.100	-	-	(104)	(20)	1.136	
CRI II – Trairi	UFV TRAIRI I	IPCA (base 360, pro rata) + juros remuneratórios de 9,0% a.a. (capitalização composta)	16/07/2027		25.628	7.034	-	-	-	32.662	
CRI II – UFV Cação I	UFV CACAO I			4.623		620	-	-	-	5.243	
CRI II – UFV Cação II	UFV CACAO II			4.623		620	-	-	-	5.243	
CRI II – UFV Camurupim I	UFV CAMURUPIM I			4.623		631	-	-	-	5.254	
CRI II – UFV Camurupim II	UFV CAMURUPIM II			4.623		631	-	-	-	5.254	
DANIELLE – REPAC. I	TR	2,50% a.m.	05/01/2026	-	8.870		-	-	-	8.870	
DANIELLE – REPAC. II	TR	2,10% a.m.	10/05/2025	-	3.069	187	-	(3.069)	(187)	-	
DANIELLE I	TR	1,85% a.m.	10/01/2025	1.874	-	126	-	(1.840)	(160)	-	
DANIELLE III	TR	1,80% a.m.	10/11/2025	16.910		429	-	(15.075)	(2.264)	-	
DANIELLE IV	TR	2,10% a.m.	10/10/2025	11.313		-	-	(10.083)	(1.230)	-	
Debentures – Trinity Nordeste	TN	IPCA + 9,3359% a.a. (base 252)	15/01/2043		90.000	3.819	- 4.125	-	-	89.694	
FIDC SOL – KOMPASS	KP			45.868	-	10.509	-	- 8.709	-	47.668	
Holding	TP			81			-	(81)	-	-	
INTRABANK I	TR			2.140			-	(2.125)	(15)	-	
INTRABANK II – B	TR			4.181		20	-	(4.049)	(152)	-	
KS (I)	TR	1,80% a.m.	10/05/2025	2.829			-	(2.582)	(247)	-	
KS (II)	TR	1,79% a.m.	10/05/2025	11.872		1.673	-	(5.921)	(1.595)	6.029	
KS (III)	TR	2,20% a.m.	10/11/2026	-	4.040	149	-	(244)	(149)	3.796	
OPEA	TR	Sênior = DI + 3,50% a.a., Mezanino = DI + 10,50% a.a., e Júnior com lógica residual	22/06/2026		70.000	7.176	-	(501)	(6.339)	70.336	
Santander	TR			1			-	(1)	-	-	
SICOOB	TR	0,4075% a.m. + CDI	22/10/2029		9.000	102	-	(188)	(101)	8.813	
				158.276	246.715	41.433	(4.125)	(85.147)	(20.751)	336.401	
Passivo circulante				120.718	-	-	-	-	-	152.451	
Passivo não circulante				37.558	-	-	-	-	-	183.950	
Covenants : Em 31/12/2025, determinados contratos financeiros da Companhia continham cláusulas de covenants financeiros e não financeiros, bem como disposições de vencimento antecipado e cross default usuais para operações dessa natureza. No curso do exercício, a Administração identificou o potencial desenquadramento de determinados índices contratuais e iniciou imediatamente tratativas com os respectivos credores. Como resultado dessas negociações, foi obtida a anuência dos credores para a manutenção das condições originalmente contratadas, permanecendo preservado o cronograma de amortização das obrigações financeiras. A formalização documental dos respectivos waivers ocorreu após o encerramento do exercício, em razão dos procedimentos societários e operacionais inerentes à sua aprovação, caracterizando evento subsequente. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não recebeu qualquer notificação formal de vencimento antecipado, declaração de inadimplemento ou comunicação de exercício de cláusulas de cross default. Da mesma forma, nenhum credor manifestou intenção de acelerar o vencimento das obrigações ou exigir sua liquidação antecipada. Dessa forma, a Administração concluiu que o desenquadramento identificado não resultou, em sua essência econômica, na perda do direito de manter o perfil originalmente pactuado das obrigações financeiras, razão pela qual tais passivos permanecem classificados de acordo com seus respectivos vencimentos contratuais. Essa conclusão considera o conjunto dos fatos e circunstâncias existentes, incluindo a anuência obtida junto aos credores durante o processo de negociação e sua posterior formalização, bem como a efetiva inexistência de qualquer exigibilidade antecipada das obrigações. Paralelamente, a Companhia permanece conduzindo negociações destinadas ao contínuo aperfeiçoamento de sua estrutura de capital, em ambiente colaborativo com seus credores e demais stakeholders, reforçando sua estratégia de gestão financeira e de liquidez.											
continuação ▶											

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/07/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação ▶

15. Obrigações tributárias :

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ a recolher	-	-	1.648	1.606
CSLL a recolher	-	-	1.102	1.067
Pis a recolher	-	-	633	608
Cofins a recolher	-	-	2.923	2.807
Substituição tributária a recolher	1.526	129	1.526	129
ICMS a recolher	8.818	1.753	8.820	1.754
Provisão de imposto diferido	-	1.057	-	1.057
Outros a recolher	291	659	1.431	764
	10.635	3.598	18.083	9.792
Passivo circulante	6.726	3.598	9.156	4.774
Passivo não circulante	3.909	-	8.927	5.018
	10.635	3.598	18.083	9.792

16. Outros passivos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento de clientes	22.197	1.786	22.199	1.788
Adiantamento de garantias financeiras	745	972	745	972
Operações estruturadas	10.989	33.874	10.989	33.874
Arrendamento Mercantil	-	550	4.641	6.786
Outros passivos	21	87	787	207
Participações a pagar	2.188	2.188	2.188	2.188
	36.140	39.457	41.549	45.815
Passivo circulante	36.140	39.457	36.256	39.720
Passivo não circulante	-	-	5.293	6.095
	36.140	39.457	41.549	45.815

Outros passivos são compostos predominantemente de adiantamentos realizados para operações de energia bem como garantias financeiras fornecidas por contrapartes e arrendamento mercantil dos projetos solares. As operações estruturadas se referem a transações de energia realizadas com outras comercializadoras onde são adiantados valores.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente: A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social em 31/12/2025, foi constituída com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica. A alíquota do Imposto de Renda é de 15% com um adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$ 240. A Contribuição Social é calculada sobre o lucro ajustado na forma legal, à alíquota de 9%. Dentro do Grupo, visando uma economia tributária, temos empresas enquadradas nos regimes Lucro Presumido e Lucro Real. As empresas seguem o regime, conforme avaliação técnica, visando maior eficiência tributária. Ressaltando que as empresas enquadradas no regime de presunção, possuem atividades distintas entre as empresas enquadradas no Lucro Real. As empresas enquadradas no Lucro Presumido são a Trinity Gestão, a Trinity Participações, a Trinity Nordeste e a Kompass Energias Renováveis. Todas as demais, tanto a Controladora e as UVFs estão enquadradas no Lucro Real.

	Controladora
	2025
Lucro real	
Resultado do exercício antes do IR & CS	(93.131)
Adições e exclusões Cut-off	(9.168)
Adições e exclusões Equivalência Patrimonial	26.122
Adições/Exclusões MTM	7.532
Outras adições e exclusões	(23.786)
Base antes da compensação	(74.095)
Base Tributável	
Imposto de Renda – 15%	-
Adicional do Imposto de Renda – 10%	-
Incentivo fiscal	-
Contribuição social – 9%	-
IR e CSLL – Lucro real	-

	Controladas
	2025
Lucro presumido	
Faturamento Serviço	1.325
Faturamento Venda – Regime caixa	11.010
Base tributável IRPJ	1.305
Base tributável CSLL	1.745
Outras Receitas Tributáveis	13
Base outras Receitas	13
Imposto de Renda – 15%	(198)
Adicional do Imposto de Renda – 10%	(110)
Contribuição social – 9%	(132)
IR e CSLL – Lucro presumido	(439)
Imposto de Renda e Contribuição Social Consolidado	(439)

b) Resultado Imposto de Renda e Contribuição Social diferido (controladora e consolidado):

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Instr. fin.(contratos futuros) líquido	7.532	(9.061)	7.532	(9.061)
Prov. receita e custo de energia	10.103	13.469	10.103	13.469
Pis e Cofins prov.receita e custo	(935)	(1.246)	(935)	(1.246)
Provisão – PLR	-	1.500	-	1.500
Outros	(160.206)	(28.157)	(160.717)	(28.255)
Diferenças temporárias	(143.506)	(23.495)	(144.017)	(23.593)
Alíquota combinada de IR e CS	34%	34%	34%	34%
Ativo/(passivo) fiscal diferido	48.792	7.988	48.966	8.022

c) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido (controladora e consolidado):

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ diferido	41.733	5.856	41.923	5.963
CSLL diferido	15.024	2.108	15.117	2.184
Pis diferido	116	(50)	116	(77)
Cofins Diferido	536	(232)	536	(354)
Ativo/(passivo) fiscal diferido	57.409	7.682	57.692	7.716
Ativo/(passivo) circulante	57.534	7.682	57.817	7.716
Ativo/(passivo) não circulante	(125)	-	(125)	-
	57.409	7.682	57.692	7.716

Em 31/12/2025, a Companhia possui registrado ativo fiscal diferido substancialmente composto por créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias originadas pelos investimentos e despesas incorridos nas fases de desenvolvimento, implantação e pré-operação das sociedades de propósito específico (SPEs) integrantes de seu portfólio de ativos. A realização desses créditos está condicionada à geração de lucros tributáveis futuros, em conformidade com a legislação tributária vigente e com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. A recuperabilidade desses ativos é reavaliada periodicamente pela Administração, considerando o conjunto de evidências disponíveis na data de aprovação das demonstrações financeiras, incluindo projeções econômico-financeiras, planejamento tributário e operações estratégicas capazes de gerar resultados tributáveis futuros. Nesse contexto, a Companhia encontra-se em estágio avançado de negociação para a alienação de participações societárias detidas em determinadas sociedades de propósito específico integrantes de seu portfólio. Em razão das obrigações de confidencialidade assumidas entre as partes, bem como da sensibilidade comercial inerente à operação, a Administração encontra-se limitada quanto à divulgação de informações relacionadas à estrutura da transação, aos ativos envolvidos, às condições comerciais e aos demais termos negociais. A Administração pretende utilizar os créditos tributários registrados para compensação dos tributos incidentes sobre os resultados tributáveis decorrentes da referida operação, observados os limites e condições previstos na legislação tributária aplicável. Adicionalmente, parcela relevante do ativo fiscal diferido decorre de créditos tributários reconhecidos em função dos investimentos e das despesas incorridas durante as fases de desenvolvimento, implantação e pré-operação dos empreendimentos que atualmente integram o portfólio objeto das negociações em curso. Assim, a expectativa de realização desses créditos guarda relação econômica direta com os ativos que lhes deram origem, na medida em que a potencial alienação dessas participações poderá gerar resultados tributáveis passíveis de compensação com os créditos fiscais registrados, reforçando a consistência das premissas adotadas pela Administração na avaliação de sua recuperabilidade. Embora a conclusão da operação permaneça sujeita ao cumprimento das condições precedentes usuais para transações dessa natureza, incluindo a celebração dos instrumentos definitivos, aprovações societárias e demais formalidades aplicáveis, a Administração considera que o estágio atual das negociações, aliado às avaliações econômico-financeiras elaboradas para suporte à operação e às demais evidências disponíveis na data de aprovação destas demonstrações financeiras, constitui

TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

evidência objetiva adicional de expectativa de geração de resultados tributáveis futuros. Considerando o conjunto dessas evidências, a Administração concluiu que permanece provável a realização do ativo fiscal diferido registrado em 31/12/2025, razão pela qual sua manutenção nas presentes demonstrações financeiras é considerada adequada. As premissas que suportam essa conclusão serão reavaliadas periodicamente, refletindo tempestivamente eventuais alterações nas expectativas de realização, em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

18. Contingências: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária, previdenciária e ambiental, decorrentes do curso normal de seus negócios. A Administração acompanha continuamente a evolução dessas demandas, com o suporte de sua assessoria jurídica interna e de escritórios externos especializados, avaliando periodicamente a necessidade de constituição de provisões ou de divulgação de passivos e ativos contingentes, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Contingências passivas: Em 31/12/2025, o Grupo Trinity possuía 35 reclamações trabalhistas em tramitação, representando exposição classificada como perda possível de R\$ 4.998, das quais apenas quatro demandas, no montante de R\$ 199, foram classificadas como de perda provável, encontrando-se devidamente provisionadas nas demonstrações financeiras. Na mesma data, a Companhia figurava em 26 demandas de natureza cível, representando exposição classificada como perda possível de R\$ 86.821. Em consonância com o CPC 25, tais processos não demandaram constituição de provisão, uma vez que, com base na avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos, não se caracterizou obrigação presente cuja saída de recursos fosse considerada provável.

Ativo contingente: Entre as demandas judiciais em curso, destaca-se procedimento arbitral cujo potencial benefício econômico é estimado em aproximadamente R\$ 80.000. A avaliação da Administração fundamenta-se em análises realizadas por sua assessoria jurídica interna, bem como em pareceres jurídicos independentes (legal Opinion) emitidos especificamente para subsidiar a avaliação da probabilidade de êxito da demanda por escritórios de advocacia de reconhecida especialização e reputação na matéria. As conclusões desses pareceres convergem quanto à consistência dos fundamentos jurídicos da pretensão discutida e à existência de elementos técnicos relevantes que sustentam uma expectativa favorável quanto ao desfecho do procedimento arbitral. Não obstante essa avaliação, considerando que o procedimento permanece em tramitação e que a realização do correspondente benefício econômico depende de decisão arbitral definitiva, a Administração concluiu que, em 31/12/2025, ainda não estavam atendidos os requisitos previstos no CPC 25 para o reconhecimento contábil do respectivo ativo, motivo pelo qual o potencial benefício econômico permanece divulgado exclusivamente em notas explicativas. A Administração continuará acompanhando a evolução do procedimento arbitral e reavaliará, a cada período de reporte, as premissas relacionadas à probabilidade de realização dos benefícios econômicos associados à demanda, promovendo tempestivamente os reconhecimentos contábeis e as divulgações cabíveis, conforme a evolução do processo e as disposições do CPC 25.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contingências trabalhistas	-	-	(199)	(574)
	-	-	(199)	(574)

19. Patrimônio líquido: a) Capital social (Expresso em milhares de Reais) : Em 31/12/2025 o capital subscrito e integralizado da Sociedade é de R\$ 38.759.914 (trinta e oito milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e novecentos e quatorze reais), divididos em 4.511.592 de cotas, no valor nominal de R\$ (8,59) (oitro reais e cinquenta e nove centavos) cada uma demonstrada entre sócios da seguinte forma:

	Ações	Valor	Percentual
João Alberto Bertin Sanches	2.452	21.065	54,4%
Espadarte Energias Renováveis S.A.	1.226	10.530	27,2%
Green Energia Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia	643	5.531	14,2%
Lucas da Cal da Costa Ferreira	190	1.634	4,2%
	4.511	38.760	100%

b) **Ações em tesouraria :** No dia 10/06/2025 e 01/07/2025, a Sociedade recomprou as ações de Marcelo Aragão Cajado em sua totalidade. A sociedade pretende redistribuir as ações entre os sócios remanescentes.

	Percentual (%)	Dividendos
João Alberto Bertin Sanches	54,4	6.523
Espadarte Energias Renováveis S.A.	27,2	3.261
Green Energia Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia	14,2	1.710
Lucas da Cal da Costa Ferreira	4,2	506
	100	12.000

c) **Prejuízo por ação:** Com base no Resultado Líquido acumulado do período fiscal de 2025 e considerando a evolução de ações emitidas ao decorrer dos meses de janeiro a dezembro, o Prejuízo por Ação é de R\$ 9,83 (nove reais e oitenta e três centavos) referente resultado das operações continuadas.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita revenda de energia elétrica	1.467.208	2.661.884	1.467.208	2.661.884
Receita prestação de serviços	-	-	1.325	1.960
Receita venda sistema fotovoltaico	-	-	3.068	9.422
(-) Imp. incidentes sobre receitas	(145.376)	(258.228)	(145.845)	(258.867)
	1.321.832	2.403.656	1.325.756	2.414.399

21. Natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos	(1.376.209)	(2.398.186)	(1.381.440)	(2.405.989)
Pessoal e administradores	(5.474)	(6.253)	(6.235)	(7.035)
Serviços de terceiros	(17.221)	(12.276)	(19.736)	(16.784)
Viagens e representações	(366)	(975)	(452)	(1.097)
Depreciação/Amortização	(627)	(705)	(627)	(706)
Aluguéis de prédios locados	(148)	(175)	(294)	(175)
Provisão – PLR	-	1.500	-	1.500
Receitas/Despesas Operacionais	23.791	11.814	21.906	13.146
Alienação de participações em coligadas	-	1.744	(14)	1.744
Outros	(7.071)	(3.823)	(7.838)	(5.344)
	(1.383.325)	(2.407.335)	(1.394.730)	(2.420.740)
Custos	(1.376.209)	(2.398.186)	(1.381.440)	(2.405.989)
Despesas administrativas	(30.907)	(22.707)	(35.182)	(29.641)
Outras (despesas) receitas	23.791	13.558	21.892	14.890
	(1.383.325)	(2.407.335)	(1.394.730)	(2.420.740)

22. Resultado financeiro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas bancárias	(57)	(40)	(101)	(105)
Juros sobre empréstimos	-	(30)	(8.741)	(1.481)
Juros e comissões bancárias	(23)	(273)	(23)	(273)
Descontos concedidos	-	-	-	-
Multa e juros de mora	(472)	(101)	(667)	(678)
IOF	(148)	(753)	(180)	(757)
Despesas Financeiras de arrendamento mercantil	(31)	(73)	(31)	(73)
Outras Despesas Financeiras	(1.245)	(124)	(4.988)	(465)
Acordo Contrato de energia	(392)	(24)	(392)	(24)
Despesas Financeiras	(2.368)	(1.418)	(15.123)	(3.856)
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.865	2.046	3.051	2.070
Outras receitas financeiras	1.733	436	1.746	520
(-) Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(214)	(115)	(219)	(115)
Receitas financeiras	4.384	2.367	4.578	2.475
Resultado financeiro	2.016	949	(10.545)	(1.381)

23. Instrumentos financeiros: a) Gerenciamento de riscos: A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são: **Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Sociedade mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. **Risco de crédito:** A Sociedade restringe sua exposição a riscos de crédito pela análise financeira criteriosa considerando o ambiente econômico atual, vínculo de liquidação na CCEE, reputação e conhecimento técnico dos sócios. **b) Valor justo dos contratos de energia:** Como descrito na Nota Explicativa nº 3.5, a Sociedade opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Sociedade, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e

compra de energia, foi no montante líquido de R\$ (7.532) em 31/12/2025 e R\$ (9.061) no respectivo período de 2024, foi reconhecida na Rubrica "Valor justo de contratos de energia" no resultado. O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. O valor justo dos contratos de energia, já estão líquidos dos impostos de PIS/COFINS (aliquota de 9,25%) e taxa real de desconto de 5% ao ano. A Sociedade tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício findo de 2043:

	Valor justo (contratos futuros)	2025	2024
Ganho temporário – circulante		101.063	71.499
Ganho temporário – Não circulante		19.405	36.535
Perda temporária circulante		(112.588)	(75.160)
Perda temporária não circulante		(7.511)	(24.974)
Resultado líquido		369	7.900

Exposição energética:

Operações com preço fixo	VENDA MWh	COMPRA MWh	Net MWh
Ano			
2026	616.332	654.790	38.458
2027	153.419	109.404	-44.015
2028	79.919	35.698	-44.221
2029	34.993	21.147	-13.846
2030	23.672	17.021	-6.651
2031	9.385	8.760	-625
2032	9.411	0	-9.411
2033	9.385	0	-9.385
2034	9.385	0	-9.385
2035	9.385	0	-9.385
2036	6.152	0	-6.152
2037	6.135	0	-6.135
2038	6.135	0	-6.135
2039	6.135	0	-6.135
2040	6.152	0	-6.152
2041	6.135	0	-6.135
2042	6.135	0	-6.135
2043	6.135	0	-6.135
(short)/Long	1.004.400	846.820	-157.580

c) **Instrumentos financeiros por categoria valor de mercado e contábil:** O CPC 40 determina que a Sociedade deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração contábil avalie a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e financeira para análise de desempenho:

	Consolidado	
	2025	2024
Ativos financeiros		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	14.016	33.789
Contas a receber	169.850	222.797
Ativos mantidos para venda	331.201	343.833
Mensurados a valor justo por meio do resultado		
Valor justo (contratos futuros de energia)	120.468	108.034
	635.535	708.453
Passivos financeiros:		
Custo amortizado		
Fornecedores	113.663	144.214
Empréstimos e Debêntures	336.401	158.276
Passivo mantidos para venda	183.885	260.467
Mensurados a valor justo por meio do resultado		
Valor justo (contratos futuros de energia)	120.099	100.134
	754.048	663.090

d) **Mensuração do valor justo:** O CPC 48 define o valor justo como a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, em transação sem favorecidos: **• Nível 1** – Precos cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **• Nível 2** – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); **• Nível 3** – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2025	Nível 2	Total
Ativos financeiros, reduzido dos passivos financeiros			
Instrumentos financeiros	369		369
	369		369

24. Eventos subsequentes relevantes (Expressos em Reais) : Após 31/12/2025 e até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, ocorreram os seguintes eventos subsequentes relevantes: **a) 23/02/2026 – Reestruturação societária e financeira:** Em 23/02/2026, a Companhia implementou um conjunto de medidas voltadas ao aprimoramento de sua estrutura societária e financeira, compreendendo: (i) a alienação de 7.363.903 ações de emissão da Kompass para a Espadarte Platinum Participações Ltda.; (ii) a recompra, pela Companhia, da totalidade das ações anteriormente detidas pela referida acionista, culminando com sua retirada do quadro acionário; e (iii) a constituição de alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia em favor da Opea Securitizadora S.A., em garantia das obrigações assumidas no âmbito da correspondente estrutura financeira. Essas medidas integram o processo de reorganização da estrutura societária e de capital da Companhia, alinhado à estratégia de fortalecimento financeiro e aprimoramento de sua governança. **b) 01/04/2026 – Alienação de investimento:** Em 01/04/2026, a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação acionária na Evoluta Livre Comercialização de Energia S.A. para a Evoluta Energia Participações S.A., em linha com sua estratégia de racionalização da estrutura societária, otimização do portfólio de investimentos e foco em ativos estratégicos. **c) 02/04/2026 – Constituição de consórcios comerciais:** Em 02/04/2026, a Trinity Renováveis e a Trinity Nordeste iniciaram a constituição dos consórcios TNT BA, TNT CE, TNT PE e TNT RJ, cujos atos constitutivos encontram-se em processo de registro perante os órgãos competentes. Os referidos consórcios foram estruturados como parte da estratégia comercial da Companhia, com o objetivo de viabilizar a substituição de determinados offtakers e otimizar o modelo de comercialização e escoamento da energia elétrica gerada pelas sociedades de propósito específico (SPEs) integrantes de seu portfólio. A Administração entende que essa estrutura contribuirá para ampliar a flexibilidade comercial dos empreendimentos, fortalecer a gestão dos contratos de comercialização de energia e otimizar a geração de caixa recorrente dos ativos operacionais. **d) 10/04/2026 – Reorganização societária:** Em 10/04/2026, foi concluída a cessão de 100 quotas representativas da capital social da Trinity Gestão em favor da Trinity Renováveis. Como resultado da operação, a Companhia passou a deter a totalidade das quotas de emissão da Trinity Gestão, consolidando integralmente sua participação societária. Os respectivos atos societários encontram-se em processo de registro perante os órgãos competentes. **e) Fortalecimento da Governança Corporativa:** Em maio de 2026, a Companhia acompanhou os desdobramentos decorrentes da denominada Operação Compliance Zero, envolvendo investigações conduzidas por autoridades públicas relacionadas a acionistas da Companhia. As medidas decorreram da decisão proferida no âmbito da Petição nº 15.873/DF (STF). Diante desse contexto, a Administração promoveu avaliação abrangente dos potenciais reflexos do referido evento sobre suas operações, estrutura financeira, ambiente regulatório, relações contratuais e modelo de governança corporativa, contando com o suporte de assessorias jurídicas especializadas e consultores independentes. Com base nas informações disponíveis até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que os fatos investigados não possuem relação com as atividades operacionais da Companhia, não envolvem seus administradores executivos ou colaboradores e não produziram impactos materiais sobre seus ativos, contratos, licenças, autorizações regulatórias, geração de caixa ou continuidade operacional. Como medida adicional de fortalecimento de sua estrutura de governança, a Companhia promoveu o aprimoramento de seus mecanismos de compliance, controles internos, gestão de riscos e monitoramento societário, incluindo a revisão de procedimentos internos e a adoção de medidas destinadas ao fortalecimento de sua estrutura de governança corporativa, preservando elevados padrões de transparência, integridade e conformidade. **f) 29/05/2026 – Deliberações societárias:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/05/2026, foram deliberadas medidas relacionadas à governança corporativa da Companhia, incluindo a suspensão do exercício de direitos políticos de acionista, em conformidade com as disposições previstas no Acordo de Acionistas, no Estatuto Social e na legislação aplicável. **g) 30/06/2026 – Continuidade da reorganização societária:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/06/2026, foi aprovada, em continuidade ao processo de reorganização societária da Companhia, a aquisição forçada da participação societária detida pelos acionistas Green Energia Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia e Espadarte Energias Renováveis, Empreendimentos e Participações S.A., o que acarretará na sua saída do quadro societário da Companhia, nos termos das disposições previstas no Acordo de Acionistas, no

TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Estatuto Social e na legislação aplicável. As ações ordinárias anteriormente de titularidade dos acionistas em tela serão adquiridas por meio do exercício da opção de compra pelos acionistas remanescentes, permanecendo, até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, pendente a conclusão do estudo de *valuation* destinado à apuração do respectivo valor de aquisição, em conformidade com o procedimento estabelecido no Acordo de Acionistas. A Administração avaliou os eventos subsequentes descritos nesta Nota Explicativa e concluiu que, exceto quando expressamente refletidos nas presentes demonstrações financeiras, tais eventos não ensejam ajustes aos saldos reconhecidos em 31/12/2025, sendo divulgados em conformidade com o CPC 24 – Evento Subsequente.

João Alberto Bertin Sanches - Diretor Presidente

Lucineide de Fatima Vilera - CRC SP 313797/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS COM RESSALVAS

Aos Acionistas e Administradores da **Trinity Energias Renováveis S.A.**, São Paulo – SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas com ressalvas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Trinity Energias Renováveis S.A. ("Sociedade" ou "Trinity")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos na seção "base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Trinity Energias Renováveis S.A.** em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas com ressalvas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Covenants:** Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 14, a Sociedade possui contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a cláusulas restritivas (*covenants*) e de *cross default*. Em 31/12/2025, a Sociedade estava em descumprimento de certas obrigações contratuais. Apesar de ter obtido *waivers* dos credores após o fechamento do exercício, a Sociedade não possuía, em 31/12/2025, o direito incondicional de adiar a liquidação dessas dívidas por mais de 12 meses. Dessa forma, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tais obrigações deveriam ter sido integralmente classificadas no passivo circulante naquela data. Consequentemente, o passivo circulante encontra-se subavaliado e o passivo não circulante superavaliado em R\$ 93.819 mil em 31/12/2025. **Realização de impostos diferidos:** A Sociedade possui registrado na rubrica de ativo fiscal diferido, classificada no ativo não circulante, o montante de R\$ 57.093 mil em 31/12/2025. Entretanto, considerando a ausência de histórico recente de rentabilidade e o fato de não nos ter sido disponibilizado estudo formal que demonstre a geração provável de lucros tributáveis futuros em montante suficiente para suportar a realização desses créditos tributários, não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes quanto à sua recuperabilidade. Consequentemente, entendemos que o saldo de ativo fiscal diferido deveria ter sido integralmente baixado, resultando em uma superavaliação do ativo não circulante e do resultado do exercício em R\$ 57.093 mil nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas encerradas em 31/12/2025. **Contratos futuros de energia:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 23, a Sociedade possui registrado no balanço patrimonial o montante líquido de R\$ 369 mil a receber referente a contratos futuros de energia mensurados ao valor justo. Com base em nossos procedimentos de auditoria, estimamos que, se tivesse sido utilizada uma estimativa apropriada para os preços futuros, o saldo líquido desses contratos está superavaliado em aproximadamente R\$ 9,8 milhões, com correspondente efeito no resultado do exercício findo em 31/12/2025, líquido de efeitos tributários. Consequentemente, o patrimônio líquido nessa data também se apresenta superavaliado no mesmo montante. **Resultado de equivalência patrimonial:** Durante o exercício findo em 31/12/2025, a Sociedade reconheceu no resultado o montante de R\$ 9.762 mil na rubrica de equivalência patrimonial, referente a efeitos de sua controlada relacionados ao exercício anterior, findo em 31/12/2024. Esse montante foi registrado em contrapartida ao investimento e reconhecido diretamente no resultado de 2025. De acordo com o CPC 23 (Políticas

Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), erros de exercícios anteriores devem ser corrigidos retrospectivamente, mediante a reapresentação das informações comparativas e o ajuste dos saldos de abertura do patrimônio líquido do período mais antigo apresentado. A Administração, entretanto, não efetuou o tratamento retrospectivo requerido. Consequentemente, o resultado de equivalência patrimonial e o lucro líquido do exercício findo em 31/12/2025 estão superavaliados em R\$ 9.762 mil, enquanto os saldos comparativos e os saldos de abertura do patrimônio líquido não refletem os ajustes exigidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, devido ao registro desse ajuste diretamente no resultado do exercício corrente, em vez de transitar pelos saldos de abertura, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) apresentam inconsistência de conciliação entre si. **Passivo com parte relacionada:** Conforme Nota Explicativa nº9 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Sociedade apresenta, na rubrica de partes relacionadas do passivo circulante, o montante de R\$ 13.500 mil com a Brasil GD Infra Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ou "Fundo de Investimento Brasil GD". Não nos foram disponibilizadas evidências de auditoria apropriadas e suficientes que suportassem esse saldo. Consequentemente, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes e/ou divulgações adicionais relacionados ao referido saldo de partes relacionadas em 31/12/2025, bem como aos possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. **Obrigações tributárias no passivo não circulante:** A Sociedade apresenta registrado na rubrica de obrigações tributárias do passivo não circulante o montante de R\$ 8.927 mil em 31/12/2025. Não nos foram fornecidas informações e documentação suporte suficientes para respaldar a composição, origem e mensuração desse saldo. Dessa forma, não foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes acerca da adequação do referido passivo. Consequentemente, não nos foi possível determinar se seriam necessários ajustes sobre esse saldo, bem como os eventuais efeitos decorrentes nas demonstrações contábeis da Sociedade referentes ao exercício findo em 31/12/2025. Ênfase: **Incerteza relevante sobre continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que a Sociedade apresenta, em 31/12/2025, capital circulante líquido negativo, bem como o descumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) relacionadas a determinadas dívidas financeiras. Adicionalmente, conforme informado pela Administração, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) encontra-se monitorando a Sociedade quanto ao cumprimento de obrigações de balanceamento no mercado de energia. A Nota Explicativa nº 24 também descreve eventos subsequentes relevantes, incluindo renegociações de *covenants* financeiros e potenciais execuções relacionadas às obrigações assumidas. Esses fatos e circunstâncias, em conjunto com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade**

do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 14/07/2026.

BDO

BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Thiago Gonçalves Marques
Contador
CRC 1 SP 254881/O-8

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/07/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

continuação ➡

recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada a Avaliação do valor recuperável - "impairment". Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. Os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa no período no qual o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos ocorre e são registrados na rubrica "Outras despesas" no resultado. **h) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários, especificamente, refere-se a questões trabalhistas, cíveis e fiscais e está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. **i) Provisão para recuperação dos ativos - Impairment:** A Administração revisa, em bases periódicas, o valor contábil dos ativos de vida longa, incluindo o imobilizado a ser mantido e utilizado em suas operações e o intangível, com o objetivo de determinar e avaliar sua deterioração ou a ocorrência de eventos ou mudanças que indiquem a possibilidade de um ativo ou grupo de ativos não ser recuperado pelo seu valor contábil. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo ou grupo de ativos, a Administração calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo ou o grupo de ativos. O montante recuperável corresponde ao valor justo menos os custos da alienação ou o valor de uso, dos dois, o maior. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa estimados são descontados a valor presente por uma taxa de juros que reflita o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos associados ao ativo ou à unidade geradora de caixa para o qual a estimativa de fluxos de caixa foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou da unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou da unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu montante recuperável. A perda por redução no montante recuperável ("impairment") é reconhecida imediatamente no resultado. O montante recuperável pode aumentar no futuro requerendo um estorno da perda por "impairment" reconhecida no passado. Quando a perda por "impairment" é revertida, o valor contábil do ativo (ou da unidade geradora de caixa) é aumentado para a estimativa revisada de seu montante recuperável, mas de modo a não exceder o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por "impairment" tivesse sido reconhecida. A reversão da perda por "impairment", se houver, é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. **j) Outros ativos e passivos circulares e não circulares:** Os demais passivos circulares e não circulares são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias. **k) Tributação:** A despesa com IRPJ e CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para estes tributos é calculada e registrada a partir de sua base tributável relativa a cada exercício, ajustada na forma legal. A provisão é calculada à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% excedente a R\$240 (IRPJ) e à alíquota de 9% (CSLL). A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Impostos diferidos:** OIRPJ e CSLL diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativas. Adicionalmente, o imposto diferido constituído refere-se ao benefício fiscal decorrente dos ágios de incorporações, sendo que ele está sendo realizado de forma proporcional à amortização dos ágios que o originaram conforme projeções futuras da Companhia para o período de 10 anos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. As projeções dos fluxos de caixa, utilizadas para a análise do valor recuperável dos impostos diferidos, baseiam-se em projeções de cinco anos mais a perpetuidade, preparadas e aprovadas pela Administração da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e reduzido quando não for mais provável que o lucro tributável estará disponível para permitir sua recuperação total ou parcial. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados às alíquotas aplicadas no período em que o passivo for pago ou o ativo for realizado, com base nas alíquotas (e na legislação tributária) em vigor na data do balanço. A mensuração dos passivos e ativos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da maneira na qual a Companhia espera, na data de divulgação, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe um direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e quando eles estão relacionados aos impostos e contribuições administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais. O IRPJ e CSLL correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. **l) Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer da Administração da Companhia o uso de estimativas, julgamentos e pressuposições para o registro de certas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos dessas transações e informações, quando de sua realização, podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. **m) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como a gente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor. Para determinação do momento correto de reconhecimento da Receita, a Companhia avalia quando a entidade transfere o controle dos bens ao cliente no montante que ela espera receber por essa operação, seguindo os seguintes critérios: (i) Identificação do contrato; (ii) Identificação de obrigações de performance; (iii) Determinação do preço de transação; (iv) Alocação do preço de transação. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **n) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício. **o) Resultado por ação:** O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do lucro ou prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício, conforme nota explicativa nº 19. **p) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e

passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Classificação dos ativos e passivos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2025 e 2024 são caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 3), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 4), outros créditos e partes relacionadas (nota explicativa nº 17). Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto . Em 2025 e 2024 a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2025 e 2024 são empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13), fornecedores (nota explicativa nº 11), fornecedores - risco sacado (nota explicativa nº 12), adiantamento de clientes (nota explicativa nº 18), outras contas a pagar, passivo de arrendamento (nota explicativa nº 10) e partes relacionadas (nota explicativa nº 16). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para Perdas de Crédito Esperadas - PCE sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando a experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável. Para todos os outros instrumentos financeiros, a Companhia reconhece a PCE durante a vida útil quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Porém, se o risco de crédito sobre o instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A PCE durante a vida útil representa as perdas de crédito esperadas decorrentes de qualquer evento de inadimplência possível durante a vida estimada de um instrumento financeiro. Por outro lado, a PCE do período de 12 meses representa a parcela da PCE durante a vida útil que deve resultar dos eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que sejam possíveis em um período de 12 meses após a data de relatório. **Baixa de ativos e passivos financeiros:** A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. **q) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC. Novas normas e alterações vigentes no exercício atual:** Alterações à NBC TG 02 (R3) / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: Aplicação de uma abordagem consistente na avaliação sobre se uma moeda é conversível em outra moeda; essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 01/01/2025. A administração da Companhia avaliou as novas normas em vigor e, considerando as suas transações atuais, não identificou alterações que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras. **Novas normas, interpretações e alterações ainda não vigor:** Adicionalmente, o IASB está trabalhando na emissão de novas normas e na revisão das normas existentes, que entrarão em vigor em ou após 01/01/2026, com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): **Alterações à NBC TG 48 / IFRS 9 e NBC TG 40 (R3) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros:** Evolução: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 01/01/2026. **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis:** Estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 01/01/2027. **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações: Permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis IFRS. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 01/01/2027. Com exceção do CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (IFRS 18), cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas Demonstrações Financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

Controladora

Consolidado

2025

2024

2025

2024

Caixa e bancos

34

320

129

751

Aplicações financeiras

990

4.624

990

4.623

1.024

4.944

1.119

5.374

O saldo em caixa e bancos está disponível em conta corrente, na modalidade conta investimento "compromissada", e é remunerado entre 30% e 70% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, além de estar disponível para resgate imediato e sem risco de mudança significativa no valor. Em 31/12/2025 e de 2024, os saldos de aplicações financeiras se referem a investimentos em Certificados de Depósito Bancário - CDB prefixados, remunerados à taxa média de aproximadamente 30% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e estão disponíveis para serem utilizados nas operações da Companhia, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem risco de mudança significativa no valor.

4. Contas a receber:

Controladora

Consolidado

2025

2024

2025

2024

Duplicatas a receber de terceiros

51.563

28.699

52.000

29.482

Medições a faturar (a)

698

1.008

2.086

2.905

Provisão para perdas esperadas das contas a receber de clientes

(13.507)

(12.206)

(13.507)

(12.258)

38.754

17.501

40.579

20.129

(a) Refere-se ao montante a receber não faturado de serviços prestados a clientes. Para esses contratos, a Companhia aguarda a formalização da aprovação do cliente para a emissão da fatura. Esses valores foram faturados e recebidos integralmente no exercício subsequente e as diferenças entre o valor provisionado e o recebido ou acordado não são relevantes. A composição das contas a receber por idade de vencimento está apresentada da seguinte maneira:

Controladora

Consolidado

2025

2024

2025

2024

A vencer

34.531

12.942

36.357

15.571

Vencidas:

Até 30 dias

3.580

2.143

3.580

2.143

De 31 a 60 dias

477

610

477

610

De 61 a 90 dias

107

370

107

370

Acima de 91 dias

13.566

13.642

13.565

13.693

52.261

29.707

54.086

32.387

Parte das contas a receber vencidas é objeto de acordos para recebimento parcelado. A movimentação do saldo de provisão para perdas esperadas está apresentada da seguinte maneira:

Controladora

Consolidado

2025

2024

2025

2024

Em 1º de janeiro

(12.206)

(13.728)

(12.258)

(13.770)

Provisão para perdas esperadas das contas a receber de clientes

(1.301)

(1.200)

(1.301)

(1.210)

Reversão de provisão ref. a perda de crédito de clientes

-

2.722

52

2.722

Saldo no final do exercício

(13.507)

(12.206)

(13.507)

(12.258)

Em 31/12/2025 e de 2024, a Companhia e suas controladas não possuíam faturas de contas a receber de clientes concedidas como garantias.

Controladora

Consolidado

2025

2024

2025

2024

Matérias-primas e outros insumos

40.867

48.130

41.030

48.296

Produtos em elaboração

10.051

8.432

10.051

8.432

Produtos acabados

2.140

1.473

2.140

1.473

Provisão para perdas de estoque

(5.687)

(5.387)

(5.831)

(5.484)

47.371

52.648

47.390

52.717

A movimentação da provisão para perdas no estoque está apresentada da seguinte maneira:

Controladora

Consolidado

2025

2024

2025

2024

Saldo no início do exercício

(5.387)

(5.325)

(5.484)

(5.455)

Adição

(38.911)

(36.462)

(38.958)

(36.462)

Baixa

38.611

36.400

38.611

36.433

Saldo no final do exercício

(5.687)

(5.387)

(5.831)

(5.484)

Ao longo do exercício de 2025 e de 2024 a Administração da Companhia avaliou algumas linhas de produto e sua respectiva rentabilidade. Por conta destes processos, foram identificados estoques com baixa expectativa de realização ou obsoletos, logo a Companhia e suas controladas efetuaram as devidas baixas dos saldos, destinando boa parte material como aparas de papel, descarte de resíduos (segundo as normas de segurança e meio ambiente) ou sucateamento de peças de reposição e almoxarifado. Em 31/12/2025, a Companhia e suas controladas realizaram a baixa de estoques no montante de R\$ 38.611 na controladora e no consolidado (R\$ 36.400 na controladora e R\$ 36.433 no consolidado em 31/12/2024). Em 31/12/2025 e de 2024, a Companhia e suas controladas não possuíam estoques dados em garantia.

Controladora

Consolidado

2025

2024

2025

2024

IPI a recuperar

5.327

848

5.327

848

INSS a recuperar

2.075

2.075

2.075

2.075

Pis a recuperar

96

1.300

135

1.314

Cofins a recuperar

66

2.039

225

2.085

ICMS a recuperar

-

-

23

23

Outros

297

287

2.213

1.928

7.861

6.549

9.998

8.273

Circulante

6.085

4.171

8.222

5.895

Não circulante

1.776

2.378

1.776

2.378

A Companhia passou a se creditar do ICMS sobre os insumos produtivos uma vez que que a legislação em vigor permite o referido procedimento, entretanto, considerando que a maior parte da receita da Companhia é serviço (consequentemente tributado pelo Imposto Sobre Serviço - ISS) ou venda de produtos sem incidência de ICMS (em decorrência da imunidade do papel existente setor gráfico), a Administração da Companhia constitui provisão para impostos no montante suficiente do saldo não realizável, tendo como base as projeções futuras de receita e o histórico de realização. **7. Investimentos:** Segue abaixo a movimentação dos investimentos da controladora em controladas:

Print Laser

2025

Cartões

Ezpay

Total

Participação do capital social

99,99%

75%

-

-

Ativo circulante

3.443

2.073

-

-

Ativo não circulante

23.533

207

-

-

Passivo circulante

2.137

3.577

-

-

Passivo não circulante

11.037

1.552

-

-

Patrimônio líquido da controlada

13.802

(2.849)

-

-

Prejuízo do exercício

597

(179)

-

-

Movimentação do investimento:

Saldo inicial em 31/12/2024

13.274

(2.072)

11.202

Resultado de equivalência patrimonial

598

(134)

464

Total em 31/12/2025

13.872

(2.206)

11.666

Print Laser

2024

Cartões

Ezpay

Total

Participação do capital social

99,99%

75%

-

-

Ativo circulante

3.095

3.419

-

-

Ativo não circulante

23.395

194

-

-

Passivo circulante

1.920

1.398

-

-

Passivo não circulante

11.366

4.885

-

-

Patrimônio líquido da controlada

13.204

(2.670)

-

-

Prejuízo do exercício

(783)

(2.154)

-

-

Movimentação do investimento:

Saldo inicial em 31/12/2023

14.056

(456)

13.600

Resultado de equivalência patrimonial

(782)

(1.616)

(2.398)

Total em 31/12/2024

13.274

(2.072)

11.202

8. Imobilizado:

Controladora

Consolidado

2025

2024

2025

2024

Taxa

Terrenos

-

9.706

-

9.706

9.706

Edificações

4%

27.714

(9.259)

18.455

19.076

Benefitória em imóveis de terceiros

4%

10.089

(7.984)

2.105

2.447

Máquinas e equipamentos

10%

215.166

(185.599)

29.567

36.650

Computadores

20%

11.626

(11.272)

354

197

Veículos

20%

1.536

(1.436)

100

108

Imobilizado em andamento

-

114

-

114

142

Outros

10%

4.357

(3.828)

529

560

280.308

(219.378)

60.930

68.886

Consolidado

2025

2024

Taxa

Terrenos

-

9.706

-

9.706

9.706

Edificações

4%

27.713

(9.258)

18.455

19.077

Benefitória em imóveis de terceiros

4%

10.088

(7.983)

2.105

2.447

Máquinas e equipamentos

10%

217.893

(188.318)

29.575

36.672

Computadores

20%

12.173

(11.819)

354

194

Veículos

20%

1.535

(1.435)

100

108

Imobilizado em andamento

-

114

-

114

142

Outros

10%

4.680

(4.151)

529

557

283.902

(222.964)

60.938

68.903

Movimentação do imobilizado – 2025 (Controladora):

2024

Adições

Baixas

2025

Terrenos

9.706

-

-

9.706

Edificações

27.512

205

(3)

27.714

Benefitória em imóveis de terceiros

10.089

-

-

10.089

Máquinas e equipamentos

240.569

5.084

(30.487)

215.166

Computadores

11.429

239

(42)

11.626

Veículos

1.565

22

(51)

1.536

Imobilizado em andamento

142

-

(28)

114

Outros

4.350

40

(33)

4.357

305.362

5.590

(30.644)

280.308

Depreciação acumulada

(236.456)

(12.835)

29.933

(219.378)

68.886

(7.245)

(711)

60.930

Movimentação do imobilizado – 2024 (Controlado):

2023

Adições

Baixas

Transfêrencia

2024

Terrenos

9.706

-

-

-

9.706

Edificações

26.473

68

-

971

27.512

Benefitória em imóveis de terceiros

10.086

3

-

-

10.089

Máquinas e equipamentos

235.454

6.468

(382)

(971)

240.659

Computadores

11.343

86

-

-

11.429

Veículos

1.493

72

-

-

1.565

Imobilizado em andamento

113

29

-

-

142

Outros

4.386

24

(60)

-

4.350

299.054

6.750

(442)

-

305.362

Depreciação acumulada

(223.596)

(12.882)

2

(236.476)

75.458

(6.132)

(440)

-

68.886

Movimentação do imobilizado – 2025 (Consolidado):

2024

Adições

Baixas

2025

Terrenos

9.706

-

<

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/07/2026



ções financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17/06/2026.

Crowe Macro Auditores Independentes
CR-2SP031004/0-6
Roberson de Sousa Cardoso
Contador – CRC1SP 325546/0-9
Sérgio Ricardo de Oliveira
Contador – CRC-1SP186070/0-8



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Bevap Participações S.A.											
CNPJ/MF nº 35.315.310/0001-80											
Balancos Patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)						Demonstrações dos Resultados Abrangentes					
Ativo	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)
	2026	2025	2026	2025		2026	2025	2026	2025		
Circulante					Passivo e patrimônio líquido					Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	65.173	1	392.483	224.557	Empréstimos e financiamentos	–	–	240.385	130.001	Empréstimos e financiamentos	–
Aplicações financeiras	–	–	25.906	30.693	Instrumentos financeiros derivativos	–	–	18.802	23.361	Instrumentos financeiros derivativos	–
Contas a receber de clientes	–	–	32.144	49.005	Fornecedores	–	–	96.039	89.055	Fornecedores	–
Estoques	–	–	142.899	139.033	Salários e encargos sociais	–	–	24.840	28.697	Salários e encargos sociais	–
Instrumentos financeiros derivativos Ativo	–	–	58.736	10.162	Obrigações tributárias	1.579	1.006	23.375	10.832	Obrigações tributárias	–
Tributos a recuperar	–	318	66.585	62.918	Adiantamentos de clientes	–	–	76.851	64.440	Adiantamentos de clientes	–
Ativo biológicos	–	–	187.488	191.896	Compromissos com contratos de energia	–	–	–	7.500	Compromissos com contratos de energia	–
Adiantamentos a fornecedores	–	–	40.285	12.140	Dividendos a pagar e Juros sobre capital próprio	217.001	77.397	217.001	77.397	Dividendos a pagar e Juros sobre capital próprio	–
Outros créditos CP	854	50	9.539	1.527	Passivos de arrendamento	–	–	47.879	49.222	Passivos de arrendamento	–
Total ativo circulante	66.027	369	956.065	721.931	Outras contas a pagar	–	–	1.295	–	Outras contas a pagar	–
Não circulante					Total do passivo circulante	218.580	78.403	746.467	480.505	Total do passivo circulante	
Realizável a longo prazo					Não circulante					Não circulante	
Aplicações financeiras LP	–	–	6.898	–	Empréstimos e financiamentos	–	–	806.711	588.024	Empréstimos e financiamentos	–
Dividendos a receber e Juros sobre capital próprio	–	41.789	–	–	Instrumentos financeiros derivativos	–	–	10.227	20.085	Instrumentos financeiros derivativos	–
Instrumentos financeiros derivativos Ativo LP	–	–	14.188	12.462	Obrigações tributárias	2.445	1.929	4.761	5.817	Obrigações tributárias	–
Tributos a recuperar LP	15.960	–	18.175	13.721	Adiantamentos de clientes LP	–	–	21.250	80.800	Adiantamentos de clientes LP	–
Tributos diferidos	–	–	248.261	265.002	Provisão para riscos	–	–	7.146	10.754	Provisão para riscos	–
Partes relacionadas Ativo	–	–	–	–	Outras contas a pagar – Partes relacionadas	200.009	96.420	–	–	Outras contas a pagar – Partes relacionadas	–
Outras contas a receber – Partes relacionadas	–	–	95	87	Passivos de arrendamento	–	–	204.865	179.596	Passivos de arrendamento	–
Outros créditos LP	–	–	–	–	Total do passivo não circulante	202.454	98.349	1.054.960	885.076	Total do passivo não circulante	
Outros créditos	–	–	1.316	3.232	Total do passivo	421.034	176.752	1.801.427	1.365.581	Total do passivo	
Total ativo não circulante	15.960	41.789	288.933	294.504	Patrimônio líquido					Patrimônio líquido	
Total do ativo	856.632	823.598	2.237.025	2.012.427	Capital social	389.758	389.758	389.758	389.758	Capital social	–
					Reserva de capital	60.785	60.785	60.785	60.785	Reserva de capital	–
					Ajuste de avaliação patrimonial	(61.150)	(61.150)	(61.150)	(61.150)	Ajuste de avaliação patrimonial	–
					Reservas de lucros	46.205	257.453	46.205	257.453	Reservas de lucros	–
					Total do patrimônio líquido	435.598	646.846	435.598	646.846	Total do patrimônio líquido	
					Total do passivo e patrimônio líquido	856.632	823.598	2.237.025	2.012.427	Total do passivo e patrimônio líquido	
Demonstrações de Resultados – Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)											
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			
	2026	2025	2026	2025		2026	2025	2026	2025		
Receitas líquidas	–	–	921.939	1.042.593	Resultado financeiro	1.561	–	160.916	56.043	Resultado financeiro	–
Variação do valor justo ativo biológico	–	–	56.100	74.825	Receitas financeiras	(3.359)	(2.723)	(217.740)	(226.525)	Receitas financeiras	–
Custos dos produtos vendidos	–	–	(661.315)	(686.460)	Despesas financeiras	(1.798)	(2.723)	(56.824)	(170.482)	Despesas financeiras	–
Lucro bruto	–	–	316.724	430.958	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	136.816	125.771	181.458	153.992	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	–
Receitas (despesas)					IRPJ e CSLL – correntes	–	–	(27.901)	(23.128)	IRPJ e CSLL – correntes	–
Despesas comerciais	–	–	(35.556)	(44.808)	IRPJ e CSLL – diferidos	–	–	(16.741)	(5.093)	IRPJ e CSLL – diferidos	–
Despesas administrativas e gerais	(610)	(474)	(69.386)	(77.513)	Lucro líquido do exercício	136.816	125.771	136.816	125.771	Lucro líquido do exercício	–
Outras receitas (despesas)	(1.972)	–	26.500	15.837	Lucro líquido, básico e diluído, por lote de mil ações – em Reais	3,5103	3,2269			Lucro líquido, básico e diluído, por lote de mil ações – em Reais	–
Resultado de equivalência patrimonial	141.196	128.968	–	–							
Lucro operacional	138.614	128.494	238.282	324.474							
Demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)											
	Capital social		Reserva de capital		Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	2026	2025	2026	2025		2026	2025	2026	2025		
Em 31 de março de 2024	389.758	60.785			(61.150)	18.409		185.877		–	593.679
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	125.771	125.771	–
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	–	6.289	–	–	(6.289)	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	–	–	(29.871)	(29.871)	–
Juros sobre Capital Próprio	–	–	–	–	–	–	–	–	(42.733)	(42.733)	–
Transferência entre reservas	–	–	–	–	–	–	–	46.879	(46.879)	–	–
Em 31 de março de 2025	389.758	60.785			(61.150)	24.698		232.756	–	–	646.846
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	136.816	136.816	–
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	–	6.841	–	–	(6.841)	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	–	(160.921)	(125.593)	(286.514)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	–	–	(61.550)	(61.550)	–
Transferência entre reservas	–	–	–	–	–	–	–	(57.168)	57.168	–	–
Em 31 de março de 2026	389.758	60.785			(61.150)	31.539		14.666	–	–	435.598
Luiz Gustavo Scartezini Rodrigues Diretor Presidente											
Marcos Paulo Carvalho Diretor Controladoria Financeira											
Maísa Rodrigues Marques Contador CRC MG - 053.374/O-3											
Demonstrações dos Fluxos de Caixa											
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)											
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			
	2026	2025	2026	2025		2026	2025	2026	2025		
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	136.816	125.771	136.816	125.771		136.816	125.771	136.816	125.771		
Ajustes:											
Depreciações e amortizações	–	–	–	–		–	–	–	–		
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	–	–		–	–	–	–		
Encargos financeiros sobre arrendamentos	–	–	–	–		–	–	–	–		
Compromissos com contratos de energia	–	–	–	–		–	–	–	–		
Varição cambial	–	–	–	–		–	–	–	–		
Resultado na baixa de imobilizado	–	–	–	–		–	–	–	–		
Juros sobre dividendos e capital próprio	–	275	–	–		–	–	–	–		
Provisão para riscos	–	–	–	–		–	–	–	–		
Ajuste valor justo – ativo biológico	–	–	–	–		–	–	–	–		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	–		–	–	–	–		
Resultado de equivalência patrimonial	(141.195)	(128.968)	–	–		(141.195)	(128.968)	–	–		
Varição nos ativos											
Contas a receber de clientes	–	–	–	–		–	–	–	–		
Aplicações financeiras	–	–	–	–		–	–	–	–		
Decréscimo (acréscimo) em ativos											
Tributos a recuperar	(15.642)	(318)	(8.121)	4.093		(15.642)	(318)	(8.121)	4.093		
Estoques	–	–	(3.866)	(5.123)		–	–	(3.866)	(5.123)		
Ativo biológico	–	–	60.508	76.919		–	–	60.508	76.919		
Adiantamentos a fornecedores	–	–	(28.145)	26.335		–	–	(28.145)	26.335		
Outros créditos	(806)	13	(6.096)	747		(806)	13	(6.096)	747		
Varição nos passivos											
Fornecedores	–	(1)	6.984	19.855		–	(1)	6.984	19.855		
Salários e encargos sociais	–	–	(3.857)	9.116		–	–	(3.857)	9.116		
Acréscimo (decréscimo) em passivos											
Obrigações tributárias	–	–	–	–		–	–	–	–		
Acréscimo (decréscimo) em passivos											
Adiantamentos de clientes	–	–	(47.139)	(48.034)		–	–	(47.139)	(48.034)		
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	(543)	(978)		–	–	(543)	(978)		
Outras contas a pagar	–	–	1.295	(15.716)		–	–	1.295	(15.716)		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos – juros	–	–	(115.693)	(97.334)		–	–	(115.693)	(97.334)		
Pagamento passivo de arrendamento – juros	–	–	(24.074)	(23.267)		–	–	(24.074)	(23.267)		
Pagamentos de contratos de energia – juros	–	–	(3.124)	(5.538)		–	–	(3.124)	(5.538)		
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(34)	(251)		–	–	(34)	(251)		
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(19.738)	(1.704)	182.386	255.812		(19.738)	(1.704)	182.386	255.812		
Fluxo de caixa das atividades de investimento											
Adições do imobilizado, canaviais e intangível	–	–	(71.469)	(87.678)		–	–	(71.469)	(87.678)		
Dividendos e juros sob capital próprio recebidos	149.232	–	–	(315)		149.232	–	–	(315)		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	149.232	–	(71.469)	(87.993)		149.232	–	(71.469)	(87.993)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento											
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	471.821	409.670		–	–	471.821	409.670		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	–	(170.977)	(488.487)		–	–	(170.977)	(488.487)		
Pagamentos de contratos de energia	–	–	(6.685)	(13.316)		–	–	(6.685)	(13.316)		
Pagamento de arrendamento	–	–	(28.682)	(28.037)		–	–	(28.682)	(28.037)		
Pagamento de dividendos e juros sob capital próprio	(208.461)	(80.711)	(208.461)	(80.711)		(208.461)	(80.711)	(208.461)	(80.711)		
Outras contas a receber/ pagar – Partes relacionadas	144.139	82.416	(8)	–		144.139	82.416	(8)	–		
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(64.322)	1.705	57.008	(200.881)		(64.322)	1.705	57.008	(200.881)		
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	65.172	1	167.926	(33.062)		65.172	1	167.926	(33.062)		
Caixa e equivalentes de caixa											
No início do exercício	–	1	–	224.557		–	1	–	224.557		
No final do exercício	65.173	1	392.483	224.557		65.173	1	392.483	224.557		
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	65.172	1	167.926	(33.062)		65.172	1	167.926	(33.062)		

Voke S.A.

CNPJ/MF nº 04.212.396/0001-91 | NIRE 35.300.415.027 | Código CVM nº 02732-4

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2026

1. Hora, Data e Local: Realizada aos 28 dias do mês de abril de 2026, às 13 horas, **por videoconferência**, nos termos do art. 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404/1976 e da regulamentação aplicável, sendo considerada realizada na sede da **Voke S.A. ("Companhia")**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Guido Caloi, nº 1985, Galpão 23, Jardim São Luis, CEP 05802-140. **2. Convocação e Presença:** Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme verificado pelas assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas, ficando dispensada a convocação, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."). Presentes, ainda: (i) o Sr. **Rene Vaz de Almeida**, na qualidade de representante da administração da Companhia; (ii) o Sr. **Rodrigo Lobenwein Marcatti**, representante da auditoria independente PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PwC"); e (iii) as Sras. **Mayra Simioni Aparecido Serra** e **Ivy Aguiar**, como procuradoras da acionista, nos termos da procuração anexa, que exerceram o direito de voto na assembleia, em razão da vedação prevista no art. 134, § 1º, da Lei das S.A. **3. Mesa:** Sr. Rene Vaz de Almeida – Presidente; e Sra. Mayra Simioni Aparecido Serra – Secretária. **4. Publicações e Divulgação:** Dispensada a publicação dos anúncios, tendo em vista o comparecimento da única acionista, nos termos do art. 133, § 4º, da Lei das S.A. O relatório da administração e as demonstrações financeiras foram publicadas, nos termos do artigo art. 133, § 4º, da Lei das S.A., no Jornal Data Mercantil, na edição de 25, 26 e 27 de abril de 2026, nas páginas 6 e 7 na edição física, e nas páginas 1 a 8 na edição digital, além da página da B3. O relatório, as demonstrações financeiras e os demais documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia foram também colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da Companhia, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável. **5. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (iv) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2026. **6. Deliberações:** Após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações pela única acionista, sem quaisquer restrições ou ressalvas: **6.1.** Aprovar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras"). **6.2.** Aprovar o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **6.3.** Aprovar a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no qual foi apurado prejuízo líquido no montante de R\$32.061.256,26 (trinta e dois milhões, sessenta e um mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos), a ser destinado da seguinte forma: a) O prejuízo do exercício será integralmente destinado à conta de prejuízos acumulados, nos termos do art. 189 da Lei das S.A.; b) Consignar que, em decorrência do prejuízo apurado no exercício, não há constituição de reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.; c) Consignar que houve reversão integral do saldo da reserva legal anteriormente constituída, no montante de R\$ 1.136.000,00 (um milhão, cento e trinta e seis mil reais), para absorção parcial de prejuízos acumulados, nos termos do art. 189 da Lei das S.A.; d) Consignar que, em razão da apuração de prejuízo no exercício, não há distribuição de dividendos, inclusive dividendos obrigatórios, nos termos do art. 202 da Lei das S.A. e do Estatuto Social da Companhia. **6.4.** Aprovar a fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2026 em até R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da Lei das S.A. O valor da remuneração global acima aprovada não inclui encargos sociais de ônus do empregador e incidentes sobre a remuneração. **7. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, e autorizada a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do art. 130, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A., que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Mesa: Rene Vaz de Almeida – Presidente; Mayra Simioni Aparecido Serra – Secretária. Representante da administração: Rene Vaz de Almeida; Representante do auditor independente: Rodrigo Lobenwein Marcatti; Acionista: 220 Capital Investimentos e Participações S.A. (por Mayra Simioni Aparecido Serra e Ivy Aguiar). **Esta ata é cópia fiel do ato lavrado em livro próprio.** São Paulo, 28 de abril de 2026. Mesa: **Rene Vaz de Almeida** – Presidente; **Mayra Simioni Aparecido Serra** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 251.540/26-1 em 30/06/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

ViaPaulista S.A.

CNPJ/ME nº 28.019.100/0001-89 – NIRE 35.300.505.051 – Companhia Aberta

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos vinte e seis dias do mês de junho de 2026, às 09:00 horas, na sede social da ViaPaulista S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, Pista Norte, Jardim Jôquei Clube, CEP 14079-000, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.079-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), tendo em vista a presença dos acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Nos termos do artigo 8º, "iv" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata. **5. Deliberações:** Por unanimidade, os acionistas deliberam o que segue: **5.1.** Nos termos do artigo 8º, "iv" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata; e **5.2.** Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionistas: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega) e Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Ribeirão Preto, 26 de junho de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.832/26-9 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Autovias S.A.

CNPJ/ME nº 02.679.185/0001-38 – NIRE 35.300.156.625

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos vinte e seis dias do mês de junho de 2026, às 08:30 horas, na sede social da Autovias S.A. ("Companhia") localizada no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua David Capistrano da Costa Filho, 185, Jardim Ouro Branco, CEP 14079-795. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade das ações de emissão da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Nos termos do artigo 8, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata. **5. Deliberações:** O acionista deliberou o que segue: **5.1.** Nos termos do artigo 8, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata; e **5.2.** Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionista: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Ribeirão Preto, 26 de junho de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.594/26-7 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

ViaPaulista S.A.

CNPJ/ME nº 28.019.100/0001-89 – NIRE 35.300.505.051 – Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2026, às 15:30 horas, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 312,2, Pista Norte, Jardim Jôquei Clube, CEP 14.079-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 2º do Artigo 11 do Estatuto Social da ViaPaulista S.A. ("Companhia"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Nos termos do artigo 13, "d" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata. **5. Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1.** Nos termos do artigo 13, "d" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata; e **5.2.** Autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Conselheiros: Sra. Giane Luza Zimmer Freitas, Sr. Roberto Paolini, e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. Ribeirão Preto, 25 de junho de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.811/26-5 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

CNPJ/ME nº 34.189.633/0001-01 – NIRE 35.300.538.391

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de maio de 2026

Data, Horário e Local: 04 de maio de 2026, às 13:00 horas, na sede da **Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A.**, localizada na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Eduardo Pereira Guinle, S/N, Armazéns XII e XVII e Armazém de Sal (T-8), Bairro Docas, CEP 11.013-250 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), conforme assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Andre Saleme Hachem; Secretário: Carlos Arruti Rey. **Ordem do Dia:** A única acionista da Companhia, após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, deliberou por sem quaisquer reservas, ressalvas ou restrições: **Deliberações:** A Acionista da Companhia, aprova a eleição das pessoas abaixo qualificadas para ocupar os cargos de Diretores da Companhia, todos com mandato iniciando nesta data até a Assembleia Geral Ordinária de 2027, a qual irá examinar os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026: (i) Consignar o recebimento da carta de renúncia do Sr. **Harro Ricardo Schlorke Burmann**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador de Cédula de Identidade nº 1027286861 SSP/PC RS e inscrito no CPF/MF sob nº 509.463.150-00, ao seu respectivo cargo de Diretor da Companhia, a partir desta data, nos termos da carta de renúncia apresentada; (ii) Aprovar a eleição Sr. **Leopoldo José Gimenes**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 27.520.352-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 269.275.838-23, para exercer o cargo de Diretor sem Designação Específica da Companhia, com mandato iniciando-se nesta data até a Assembleia Geral Ordinária de 2027, a qual irá examinar os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026. O Diretor ora eleito torna posse nesta data, mediante assinatura do respectivo termo de posse, e, consultado anteriormente, declarou que: (a) não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado; (b) não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e (c) não tem interesse conflitante com a mesma, de acordo com o artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) Ratificar a composição da Diretoria, todos com até a Assembleia Geral Ordinária de 2027, a qual irá examinar os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026: **Como Diretor Presidente:** • **Décio de Sampaio Amaral**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.621.893 /SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 081.286.298-83. **Como Diretores:** • **Andre Saleme Hachem**, brasileiro, casado, administrador, portador de Cédula de Identidade nº 29375176 expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 409.714.208-90; • **Carlos Arruti Rey**, brasileiro, casado, advogado, portador de Cédula de Identidade nº 6.613.554-03, SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob nº 805.884.415-20; e • **Leopoldo José Gimenes**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº 27.520.352-9/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 269.275.838-23. Todos com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 7º andar, Bela Vista, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01317-910. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário a lavratura desta ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, parágrafo 1º da Lei das S.A., a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Santos, 04 de maio de 2026. (ass.) **Mesa: Andre Saleme Hachem** – Presidente; **Carlos Arruti Rey** – Secretário. **Acionista: Hidrovias do Brasil S.A. Andre Saleme Hachem** – Diretor; **Carlos Arruti Rey** – Diretor. JUCESP – Registrado sob o nº 218.880/26-1 em 22/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

CNPJ/ME nº 03.207.703/0001-83 – NIRE 35.300.171.870 – Companhia Aberta

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos vinte e seis dias do mês de junho de 2026, às 09:00 horas, na sede social da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Companhia") localizada no Município de Araras, Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, Km 168, Pista Sul, Jardim Sobradinho, CEP 13.602-040. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade das ações de emissão da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Nos termos do artigo 8º, "iv" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata. **5. Deliberações:** O acionista delibera o que segue: **5.1** Nos termos do artigo 8º, "iv" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata; e **5.2** Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionista: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Araras, 26 de junho de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.598/26-1 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

CNPJ/ME nº 03.207.703/0001-83 – NIRE 35.300.171.870 – Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2026, às 14:30 horas, no Município de Araras, Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, Km 168, Pista Sul, Jardim Sobradinho, CEP 13.602-040. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 2º do Artigo 11 do Estatuto Social da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Companhia"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Nos termos do artigo 13, "d" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata. **5. Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1** Nos termos do artigo 13, "d" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata; e **5.2** Autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Conselheiros: Sra. Giane Luza Zimmer Freitas, Sr. Roberto Paolini, e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. Araras, 25 de junho de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.588/26-7 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Vianorte S.A.

CNPJ/ME nº 02.366.097/0001-86 – NIRE 35.300.154.207

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2026

Data, Hora e Local: Aos vinte e seis dias do mês de junho de 2026, às 09:00 horas, na sede social da Vianorte S.A. ("Companhia") localizada no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, Km 312,2, Pista Norte, CEP: 14079-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do parágrafo quarto do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença do acionista titular da totalidade das ações de emissão da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Nos termos do artigo 8, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata. **5. Deliberações:** O acionista deliberou o que segue: **5.1.** Nos termos do artigo 8, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata; e **5.2.** Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionista: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Ribeirão Preto, 26 de junho de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* (ass.) **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.170/26-1 em 14/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Vianorte S.A.

CNPJ/ME nº 02.366.097/0001-86 – NIRE 35.300.154.207

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 25 de junho de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2026, às 09:30 horas, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 312,2, Pista Norte, Jardim Jôquei Clube, CEP: 14079-000. **2. Presença:** Presença da totalidade dos diretores da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Nos termos do artigo 11, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata. **5. Deliberações:** Os Diretores, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1.** Nos termos do artigo 11, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata; e **5.2.** Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Ribeirão Preto, 25 de junho de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"*. (ass.) **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.308/26-0 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/07/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Autovias S.A.

CNPJ/ME nº 02.679.185/0001-38 – NIRE 35.300.156.625
Ata da Reunião da Diretoria realizada em 25 de junho de 2026
1. Data, Hora e Local: Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2026, às 14:00 horas, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua David Capistrano da Costa Filho, 185, Jardim Ouro Branco, CEP 14079-795. **2. Presença:** Presença da totalidade dos diretores da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Nos termos do artigo 11, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata. **5. Deliberações:** Os diretores, por unanimidade, deliberaram o que segue: 5.1. Nos termos do artigo 11, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata; e 5.2. Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Ribeirão Preto, 25 de junho de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.593/26-3 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

CNPJ/ME nº 02.555.926/0001-79 – NIRE 35.300.155.611
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2026
1. Data, Hora e Local: Aos vinte e seis dias do mês de junho de 2026, às 08:30 horas, na sede social da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Companhia") localizada no Município de Araras, Estado de São Paulo, na Avenida Romano Zorzo, 2000, Jardim Sobradinho, CEP 13602-002. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade das ações de emissão da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1 Nos termos do artigo 8, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata. **5. Deliberações:** O acionista deliberara o que segue: 5.1 Nos termos do artigo 8, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata; e 5.2 Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionista: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Araras, 26 de junho de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.748/26-0 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

CNPJ/ME nº 02.555.926/0001-79 – NIRE 35.300.155.611
Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2026
1. Data, Hora e Local: Aos trinta dias do mês de abril de 2026, às 11:00 horas, na sede social da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Companhia") localizada no Município de Araras, Estado de São Paulo, na Avenida Romano Zorzo, 2000, Jardim Sobradinho CEP 13602-002. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), tendo em vista a presença dos acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Companhia. **3. Publicação:** Dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o *caput* do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a publicação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 (acompanhadas das respectivas Notas Explicativas), do parecer dos auditores independentes e dos demais documentos pertinentes às matérias constantes da Ordem do Dia, na Central de Balanços na edição do dia 22 de abril de 2026, em conformidade com o disposto no artigo 133, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e em cumprimento ao subitem Notas do item 17.1, do Manual de Registro de Sociedade Anônima, Anexo V da IN/DREI nº 81/2020. **4. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **5. Ordem do Dia:** 5.1 Em Assembleia Geral Ordinária: 5.1.1 Examinar, discutir e aprovar o relatório de Administração, das contas da Diretoria, bem como as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; e 5.1.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. 5.2 Em Assembleia Geral Extraordinária: 5.2.1 Deliberar sobre a rratificação do item 6.1.2 da ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2025, em razão de ter conestado o prazo equivocado para distribuição adicional dos dividendos obrigatórios da Companhia. **6. Deliberações:** O acionista delibera o que segue: 6.1 Em Assembleia Geral Ordinária: 6.1.1 Aprovar, sem reservas, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, e as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Parecer dos auditores independentes emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e 6.1.2 Foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 508.166,24 (quinhentos e oito mil, cento e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos), sendo (i) R\$ 25.408,31 (vinte e cinco mil, quatrocentos e oito reais e trinta e um centavos), equivalente a 5% de lucro líquido do exercício, destinado a reserva legal, conforme artigo 193, da Lei nº 6.404/1976; (ii) R\$ 120.689,48 (cento e vinte mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos), equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2025, conforme artigo 18 do estatuto social da Companhia, os quais serão distribuídos até 31 de dezembro de 2027; e (iii) R\$ 362.068,45 (trezentos e sessenta e dois mil, sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), destinado à conta de reserva de lucros. 6.2 Em Assembleia Geral Extraordinária: 6.2.1 Aprovar a rratificação do item 6.1.2 da ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2025, registrada na Junta Comercial de São Paulo – JUCESP sob o nº 185.912/25-4, em sessão de 16 de junho de 2025, em razão de ter conestado equivocadamente o prazo de até 31 de dezembro de 2025 para distribuição adicional aos dividendos obrigatórios no valor R\$ 6.288.646,38 (seis milhões, duzentos e oitenta e oito mil, seiscentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos), quando, efetivamente, deveria ter conestado o prazo de até 31 de dezembro de 2027. Em virtude desta deliberação, o item 6.1.2 da ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2025, deve ser lido com a seguinte redação: "6.1.2 Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 8.394.861,84 (oito milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos), sendo que a Companhia não constituirá reserva legal, tendo em vista que já atingiu o limite máximo previsto na legislação, conforme artigo 193, §§ 1º e 2º da lei 6404/76; (i) 2.096.215,46 (dois milhões, noventa e seis mil, duzentos e quinze reais e quarenta e seis centavos), equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2024, conforme artigo 18 do estatuto social da Companhia, que serão distribuídos até 31 de dezembro de 2025; e (ii) R\$ 6.288.646,38 (seis milhões, duzentos e oitenta e oito mil, seiscentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos) destinados para distribuição adicional aos dividendos obrigatórios, que serão distribuídos até 31 de dezembro de 2027; e" 6.3 Aprovar a lavratura desta Ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei 6404/76. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionistas: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Araras, 30 de abril de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 265.685/26-6 em 03/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

CNPJ/ME nº 02.555.926/0001-79 – NIRE 35.300.155.611
Ata da Reunião da Diretoria realizada em 25 de junho de 2026
1. Data, Hora e Local: Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2026, às 11:00 horas, na sede social da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Companhia") localizada no Município de Araras, Estado de São Paulo, na Avenida Romano Zorzo, 2000, Jd. Sobradinho, CEP 13602-002. **2. Presença:** Presença da totalidade dos diretores da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1 Nos termos do artigo 11, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata. **5. Deliberações:** Os diretores, por unanimidade, deliberaram o que segue: 5.1 Nos termos do artigo 11, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata; e 5.2 Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Araras, 25 de junho de 2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.747/26-6 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Elekeiroz S.A.

CNPJ/MF nº 13.788.120/0001-47 – NIRE 35.300.323.971
Ata Sumária da Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2026
Data, Hora e Local: em 25 de junho de 2026, às 10:00, reunião realizada por teleconferência. **Mesa:** Francisco Fortunato (Presidente) e Domingos Fortunato Neto (Secretário). **Quorum:** a totalidade dos membros efetivos. **Deliberação Tomada por Unanimidade:** os Conselheiros deliberaram, nos termos do Estatuto Social: (i) aprovar e ratificar a autorização para a captação de recursos através de ACC (Antecipação de Contrato de Câmbio de Exportação), junto ao Banco ABC Brasil, no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de Reais), ao custo de 6,18% a.a., com vencimento em 04/01/2027, pagamento de juros e principal no vencimento, com aval da OCQ, Domingos Fortunato Neto e Francisco Fortunato, (ii) autorizar a Diretoria a praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à efetivação dessa operação. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. Várzea Paulista (SP), 25 de junho de 2026. Mesa: Francisco Fortunato – Presidente; Domingos Fortunato Neto – Secretário. Membros do Conselho de Administração: Francisco Fortunato, Domingos Fortunato Neto e Filipo Cattozzatto Fortunato. Várzea Paulista/SP, 25 de junho de 2026. Mesa: Francisco Fortunato – Presidente; Domingos Fortunato Neto – Secretário. **Conselheiros Presentes:** Francisco Fortunato – Membro do Conselho de Administração; Domingos Fortunato Neto – Membro do Conselho de Administração; Filipo Cattozzatto Fortunato – Membro do Conselho de Administração. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 295.631/26-0 em 20/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Riclan S.A.

CNPJ/MF nº 56.370.364/0001-18 – NIRE 35.300.017.404
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no Dia 19/06/2026
Aos dezenove dias do mês de junho de 2026, às 10h00, na sede social da Riclan S.A., na Avenida Presidente Kennedy, 754, Rio Claro-SP, CEP 13501-500, com a presença da totalidade dos acionistas, conforme Livro de Presença. Presidente da Mesa, Oswaldo Grisotto Junior e Secretário Mario Schraider Junior, convocação na forma do Par. 4º – Art. 124 – Lei 6.404/76. Apresentado, discutido e votado, sendo aprovados, por unanimidade de votos, sem reservas, com abstenção dos legalmente impedidos, o Relatório e Contas da Diretoria, Balanço Geral e Demonstrações Financeiras, referentes ao Exercício encerrado em 31.12.2025, peças estas já de conhecimento dos presentes, publicados no Jornal Data Mercantil, página 06, em 12/06/2026 e deliberado não instalar o Conselho Fiscal para o exercício corrente. Em seguida, foram reeleitos, por unanimidade, os membros da Diretoria até 20/07/2027, mediante aos termos de posse e desimpedimento conforme anexos. Diretor Presidente: **Sr. Mario Schraider Junior**, brasileiro, industrial, casado, residente e domiciliado na cidade de Rio Claro (SP), na Rua 2 CJ, nº 243, Cidade Jardim, CEP 13501-030, RG nº 6.615.565-4 SSP/SP, CPF/MF nº 032.676.958-72 e, como Diretor, o **Sr. Oswaldo Grisotto Junior**, brasileiro, industrial, casado, residente e domiciliado na cidade de Rio Claro (SP), no Residencial Fly Cidade Jardim Empreendimentos, na Avenida 27, nº 142, Apto 104 Único – Vila Santo Antonio, CEP 13501-120, RG nº 3.164.035-7 SSP/SP, CPF/MF nº 137.574.158-68. As demais Diretorias previstas no Estatuto permanecerão vagas para o período. É fixada a remuneração global de até R\$ 96.638,83 (noventa e seis mil seiscentos e trinta e oito reais e oitenta centavos) mensais, corrigida pelo índice conforme dissidio coletivo da categoria e que será distribuída para os Diretores eleitos a critério do Diretor Presidente. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos acionistas presentes. Assinaturas: Oswaldo Grisotto Junior – Presidente e Acionista; Mario Schraider Junior – Secretário e Acionista. A presente ata é cópia fiel lavrada em livro próprio. **Oswaldo Grisotto Junior** – Presidente e Acionista; **Sigrisch Participações S.A.** – Acionista; **Marina Schraider Letizio** – Acionista; **Ivan de Souza Schraider** – Acionista; **Marcelo Salvador Grisotto** – Acionista; **Daniela Schraider Mochny** – Acionista. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 295.602/26-0 em 20/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

EPR Engenharia S.O. S.A.

CNPJ/MF nº 55.159.823/0001-56 – NIRE 35300638085
Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de julho de 2026
I. Data, Horário e Local: 10 de julho de 2026, às 17 horas, no endereço da sede social da **EPR Engenharia S.O. S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, Edifício Jacarandá, 12º andar, Conjunto B, Tamboré, Barueri/SP, CEP 06460-040. **II. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do § 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404"), conforme alterada, em razão da presença de acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia. **III. Publicações:** Relatório da administração, demonstrações financeiras e demonstrações contábeis relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, publicadas na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital ("SPED"), no dia 10 de julho de 2026, hash de publicação 73E0BCD7B7C1B2D83422F3FCAE5CDC51DEC710F2, conforme previsto nos artigos 289 e 294 da Lei 6.404 e na Portaria nº 12.071, de 07 de outubro de 2021 do Ministério da Economia, dispensada pelos acionistas a publicação dos anúncios e a observância dos prazos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404, nos termos do parágrafo quarto do referido artigo. **IV. Composição da Mesa:** Presidente: José Carlos Cassaniga e Secretário: Enio Stein Júnior. **V. Ordem do Dia:** Appreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: **em sede de Assembleia Geral Ordinária ("AGO"):** (i) a análise, discussão e aprovação dos relatórios da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras e das demonstrações contábeis, relativas ao exercício social de 2025 da Companhia; e (ii) a destinação dos resultados auferidos relativos ao exercício social de 2025 da Companhia; e **em sede de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"):** (i) a distribuição de dividendos intercalares; e (ii) autorizar a prática pelos diretores da Companhia de todos os atos necessários para concretização do item (i). **VI. Deliberações:** Após as oportunas discussões, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) aprovar as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 2025, as quais foram disponibilizadas, apresentadas e analisadas pelos presentes, bem como devidamente publicadas na Central de Balanço do SPED; (ii) aprovar, sem ressalvas, tendo em vista que houve lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 42.602.335,99 (quarenta e dois milhões, seiscentos e dois mil, trezentos e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos), a seguinte destinação: (a) Não constituição da reserva legal, considerando o atingimento do limite de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, conforme previsto no artigo 193, caput, da Lei nº 6.404/76; (b) R\$ 10.650.584,00 (dez milhões, seiscentos e cinquenta mil e quinhentos e oitenta e quatro reais) referentes aos dividendos mínimos obrigatórios, os quais foram integralmente pagos; e (c) R\$ 31.951.751,99 (trinta e um milhões, novecentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa e nove centavos), destinados à distribuição de dividendos adicionais, sendo que: (i) R\$ 28.956.225,48 (vinte e oito milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos) foram pagos ao acionista ao longo do exercício social de 2025; (ii) R\$ 2.959.780,87 (dois milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos) foram pagos ao acionista conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2026; e (iii) R\$ 35.745,64 (trinta e cinco mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) serão pagos ao único acionista da Companhia em até 10 dias úteis da presente data. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aprovar a distribuição de dividendos intercalares ao único acionista, com base nos lucros acumulados apurados no balanço levantado em 31 de março de 2026, conforme consta nas informações trimestrais da Companhia, referentes ao período findo em 31 de março de 2026, no valor de R\$ 6.143.862,29 (seis milhões, cento e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e nove centavos). Os dividendos ora declarados serão pagos em até 10 dias úteis da presente data. (i) autorizar a prática pelos diretores da Companhia de todos os atos necessários para concretizar a deliberação acima. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, da qual lavrou-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no Artigo 130, Parágrafo 1º da Lei 6.404 que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **VIII. Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior; Acionista: EPR Participações S.A. (por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior). São-Paulo, 10 de julho de 2026. JUCESP nº 296.149/26-3 em 21/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

NRV Participação S.A.

CNPJ/MF nº 22.872.454/0001-95 – NIRE 35.300.479.742
Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Sociedade Anônima "Capital Fechado" realizada em 02 de setembro de 2025
Data: 02 de setembro de 2025, às 10:00hs. **Convocação:** Dispensada, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da Lei nº 6.404/76). **Local:** Sede social da NRV Participação S.A., estabelecida na Rua Evangelina, nº 1001, bloco B - apto 213, Vila Carrão, São Paulo/SP, CEP: 03421-000. **Presença:** Subscritores, abaixo qualificados, representando a Totalidade do capital social subscrito, dispensada a publicação dos Editais de Convocação, de acordo com o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, da empresa **NRV Participação S.A.** cujos atos constitutivos encontram-se arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 17 de julho de 2015, sob o NIRE nº 3530047974-2, quais sejam: **Taísa Tavares Vicente Pizzi**, brasileira, administradora, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrita no CPF/MF sob o nº 280.704.048-92 e do RG no 25.580.458-1 SSP/SP, nascida no dia 26 de abril de 1980, residente e domiciliada na Rua Evangelina, 1.001, Bloco B, Apto 213, São Paulo, CEP: 03421-000. **Rogério Mario Vicente**, brasileiro, administrador, casado, sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 190.669.698-57 e do RG nº 25.580.457 SSP/SP, nascido no dia 07 de setembro de 1976, residente e domiciliado na Rua Evangelina, 1001, Bl B, Apto 215, São Paulo, CEP 03421-000. **Mesa Diretora:** Diretora Presidente e Presidente da mesa: **Taísa Tavares Vicente Pizzi**; Diretor Vice-Presidente e Secretário da mesa: **Rogério Mário Vicente**. **Ordem do Dia:** aprovação da alteração do objeto social da companhia. **Deliberações:** 1) Aberto os trabalhos, a Senhora Presidente esclareceu que a presente Assembleia tem por finalidade alterar o objeto social, conforme segue: • 6463-8/00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings; • 6810-2/01 - Compra e venda de imóveis próprios; e • 6810-2/02 - Aluguel de imóveis próprios. 2) Os acionistas declaram, para todos os fins de direito, que estão de acordo com as alterações propostas pela diretoria. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestou, declarando suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que após lida e aprovada, vai assinada por todos os Subscritores. São Paulo, 02 de outubro de 2025. JUCESP nº 379.843/25-0 em 17/10/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.

CNPJ nº 17.863.504/0001-38 – NIRE 35.300.457.161
Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas - Edital de Convocação
Serve a presente para convocar os acionistas da **Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.863.504/0001-38 ("Companhia"), para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia **07 de agosto de 2026**, às 11:00, em primeira convocação, e às 11:30, em segunda convocação, de forma exclusivamente remota, via videoconferência, conforme procedimento abaixo, a fim de deliberar e votar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 4.699.925,34 (quatro milhões, seiscentos e noventa e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais e trinta e quatro centavos), mediante a emissão de 92.883.900 (noventa e dois milhões, oitocentas e oitenta e três mil e novecentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R\$ 0,0506, nos termos do art. 170 da Lei das S.A., a ser integralizado no prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser um prazo menor, a ser notificado, pela Companhia aos acionistas, com 30 (trinta) dias de antecedência, conforme necessidade de caixa da Companhia; (ii) A ratificação de todos os aumentos de capital social da Companhia realizados até o momento, incluindo as respectivas diluições de participações de acionistas consideradas inadimplentes; e (iii) Sujeito à aprovação da matéria do item (i) acima, consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. Ressaltamos que nos termos da cláusula 4.1.4 do Acordo de Acionistas da Companhia, a matéria constante no item (i) acima envolve uma **Matéria Sujeta à Aprovação Qualificada dos Acionistas** (conforme definido no Acordo de Acionistas), sendo necessário votos representativos de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social votante da Companhia para sua aprovação. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente à distância e transmitida ao vivo na modalidade digital, por meio da plataforma de comunicação **Teams**. Para participar da Assembleia, o acionista deverá observar o procedimento abaixo indicado. O acionista poderá ser representado por outro acionista ou por advogado, mediante outorga de procuração com poderes específicos para votar as matérias constantes da Ordem do Dia, devendo uma cópia da procuração e de documento de identidade do procurador ser apresentada fisicamente ou enviada ao e-mail juridico.consultivo@hsinvest.com, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia. **Procedimento para a Participação e Votação à Distância:** a. Link de acesso à transmissão da Assembleia: <https://teams.microsoft.com/join/2469839543079572?p=MB8dy67KqPpKGFNaZh> (necessário copiar e colar o endereço eletrônico acima no navegador, para acessar a plataforma Teams). b. A participação e a votação do acionista (ou seu procurador) ocorrerão de forma remota, por vídeo, áudio ou mensagens na ferramenta "Chat" disponível na plataforma Teams. c. Recomendamos que o acionista (ou seu procurador) acesse a plataforma Teams antes do horário de início da Assembleia para eventuais ajustes em sua conexão. d. Caberá ao acionista (ou seu procurador) providenciar sua estrutura adequada de internet e equipamentos que suportem transmissão de vídeo e áudio. Recomenda-se o uso de internet banda larga ou similar. e. A Assembleia será gravada para os devidos fins legais. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** Em conformidade com o Art. 7º, parágrafo único, da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, segue anexo ao presente edital o boletim de voto à distância na forma do **Anexo I**, a fim de viabilizar o voto à distância de V. Sa. Como determina o art. 9º da referida Instrução, caso V. Sa. opte por esta alternativa, deverá encaminhar o documento preenchido ao seguinte endereço postal: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1400, 13º andar, CEP: 04543-000, São Paulo/SP., e/ou o endereço eletrônico juridico.consultivo@hsinvest.com, com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência da realização da assembleia. São Paulo/SP, 22 de julho de 2026. **Bruno Sampaio Greve**, Presidente do Conselho de Administração e Diretor da Companhia. (23, 24 e 25/07/2026)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/07/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

